



**Cuidado
em *debate***

5º

A construção da Agenda de Uso do Tempo no Brasil



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO

A construção da Agenda de Uso do Tempo no Brasil

Jordana Cristina de Jesus

Coordenadora-Geral de Gestão da Informação/SNCF/MDS

Doutora em Demografia (Cedeplar/UFMG)

Professora adjunta do Departamento de Demografia
e Ciências Atuariais/UFRN

Membro permanente do Programa de Pós-Graduação
em Demografia (PPGDEM)/UFRN

Governo Federal

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente Geraldo Alckmin

Ministério do Desenvolvimento, Assistência

Social, Família e Combate à Fome

José Wellington Barroso de Araújo Dias

Autora

Jordana Cristina de Jesus

Processamento de dados

Jordana Cristina de Jesus

Revisão

Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família/
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família
e Combate a Fome

Luiza Lobato Andrade

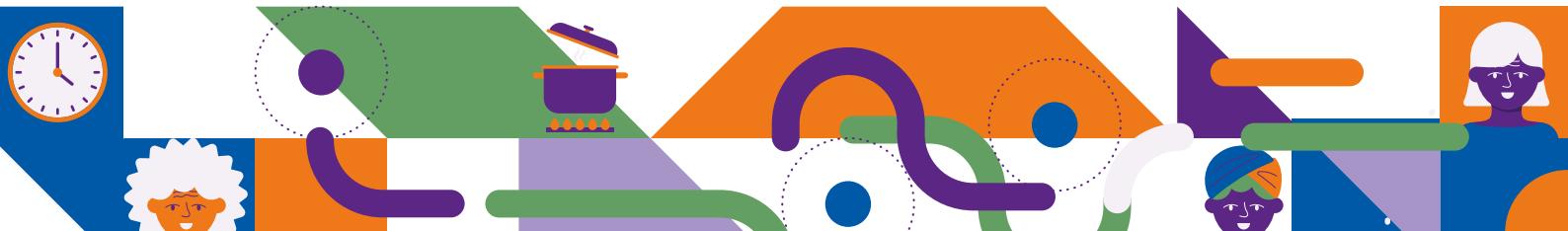
Natalia de Oliveira Fontoura

Parceria institucional

Este volume foi desenvolvido a partir da parceria entre
a Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família/
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome e o Banco Interamericano de
Desenvolvimento (BID)

Novembro de 2025

Nota: O conteúdo do documento não expressa necessariamente a opinião do governo, nem representa posicionamento oficial, sendo de responsabilidade exclusiva da autora.



Prefácio

Medir faz parte da solução: a mensuração do tempo como passo essencial para a igualdade entre mulheres e homens

As economias modernas continuam estruturadas sobre profundas desigualdades entre homens e mulheres. Essas desigualdades operam como um mecanismo organizador, sustentado na divisão sexual do trabalho, que separa o “trabalho produtivo”, visível e remunerado, do “trabalho de cuidado”, invisibilizado e não pago, realizado majoritariamente por mulheres. Essa clivagem desloca o tempo e a energia das mulheres para atividades que garantem a reprodução da vida, mas que **não entram nas contas nacionais**, as quais medem a produção e o consumo de bens e serviços no mercado.

No mercado de trabalho, a desigualdade se manifesta por **segregação ocupacional** (teto e paredes de vidro nas trajetórias das mulheres), **desigualdades salariais**, sub-representação em cargos de decisão e **penalidade da maternidade**: quando os filhos chegam, a renda e a progressão de carreira delas tendem a cair, enquanto a dos homens pouco se altera. Fora do mercado de trabalho, a **pobreza de tempo** limita estudo, lazer, participação política e saúde.

Essa arquitetura não apenas perpetua as desigualdades entre os indivíduos, mas aprofunda as injustiças sociais estruturais. Ao concentrar o cuidado não remunerado nas mãos das mulheres, especialmente das mais pobres e racializadas, priva-se uma parte significativa da população do direito de escolher livremente como viver e do acesso igualitário a oportunidades. Isso reforça ciclos de exclusão e marginalização, naturaliza a desigualdade como se fosse fruto de escolhas individuais e sustenta hierarquias sociais que limitam a participação plena das mulheres – em especial, das mulheres negras, indígenas e de territórios periféricos – na vida econômica, política e cultural do país.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da Agenda de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) tem como uma de suas metas mais estratégicas (5.4) o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Essa valorização deve ocorrer por meio de serviços públicos, políticas de proteção social, infraestrutura

adequada e, sobretudo, da promoção da responsabilidade compartilhada no interior das famílias. Tal diretriz internacional evidencia uma agenda estratégica: para enfrentar as persistentes desigualdades entre mulheres e homens nas esferas pública e privada, é indispensável compreender como o tempo é distribuído no cotidiano.

Para alcançar esse objetivo, é essencial dispor de instrumentos capazes de tirar da invisibilidade o imenso volume de trabalho não remunerado de cuidados realizado pelas mulheres, o que torna as Pesquisas de Uso do Tempo uma peça central, já que permitem compreender como as pessoas organizam suas rotinas diárias e quanto tempo dedicam a diferentes atividades – como trabalhar, estudar, cuidar de outras pessoas e do domicílio, descansar ou se deslocar.

Entre diversas aplicações para políticas públicas, as Pesquisas de Uso do Tempo possibilitam articular evidências setoriais de forma integrada em áreas como saúde, educação e mobilidade urbana. Na área da **saúde**, captam tempo em cuidado não remunerado (dedicado a crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência), autocuidado e busca de serviços, dimensionando sobrecarga e gargalos de acesso. Na área da educação, medem o tempo de estudo em casa e as rotinas escolares, inclusive os efeitos da “pobreza de tempo” no aprendizado das meninas, que já são responsabilizadas pelos cuidados desde a infância ¹. Na temática da mobilidade, mensuram o tempo de deslocamento e possibilitam mapear modos e sobrecarga diária, o que pode subsidiar políticas de mobilidade urbana em territórios estratégicos, como capitais e regiões metropolitanas.

Resta evidente o potencial das Pesquisas de Uso do Tempo para o planejamento de políticas públicas no país. O momento político é especialmente oportuno, visto que o Brasil acaba de instituir uma Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024).

Apesar de diversos esforços institucionais, sobre os quais o texto discorrerá, o Brasil não possui, até o presente momento, uma Pesquisa Nacional de Uso

1. Ver Jesus (2018)

do Tempo. Nesse sentido, este documento propõe contribuir para a agenda nacional relacionada às estatísticas de gênero ao tratar de quatro aspectos centrais. Em primeiro lugar, apresenta o estado da arte, mapeando a trajetória da mensuração do uso do tempo no país – das iniciativas pioneiras aos desenvolvimentos recentes – e destacando o que mudou, o que permanece e o que foi aprendido. Em seguida, discute o que já sabemos sobre desigualdades de tempo entre mulheres e homens, com base em evidências da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) sobre as jornadas de trabalho remunerado e não remunerado. O terceiro ponto aborda as limitações e lacunas dos dados atuais, analisando os desafios na forma como o trabalho de cuidados tem sido mensurado no Brasil. Por fim, são discutidas recomendações a partir de padrões internacionais utilizados na mensuração do uso do tempo, destacando possibilidades de instrumentos e suas potencialidades para o caso brasileiro.

Confiamos que esse estudo será de interesse para o aperfeiçoamento das estatísticas nacionais e da base de conhecimento sobre as relações de gênero e as múltiplas desigualdades vividas pelas mulheres brasileiras, assim como um instrumento importante para a elaboração de políticas públicas necessárias ao enfrentamento dessa situação.

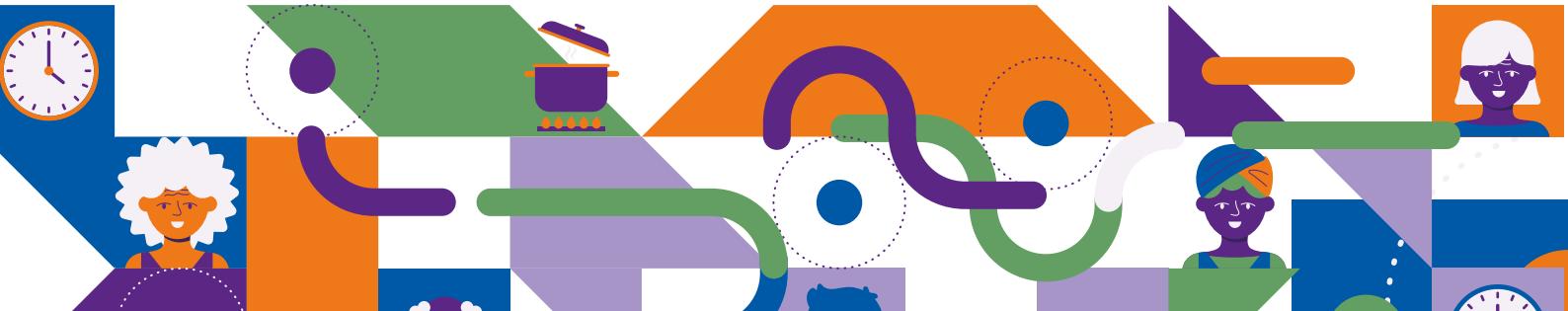
Boa leitura!

Laís Abramo

Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família/MDS



1. Avanços institucionais e metodológicos no tema do uso do tempo no Brasil	12
2. O que já sabemos sobre o uso do tempo no Brasil?.....	29
3. Limitações e lacunas dos dados atuais..	35
4. Caminhos a seguir para uma Pesquisa Independente de Uso do Tempo no Brasil	38
Conclusão.....	65
Referências	68
Apêndice	74



1. Avanços institucionais e metodológicos no tema do uso do tempo no Brasil

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desempenha um papel central na coleta de informações sociodemográficas no país, sendo responsável por realizar pesquisas e levantamentos como o Censo Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e outras estatísticas econômicas, sociais e ambientais. Esses dados subsidiam a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, permitem o acompanhamento de indicadores nacionais e internacionais e oferecem informações para a compreensão da realidade brasileira em seus diferentes territórios e segmentos populacionais.

Entre essas pesquisas, a PNAD² foi a elencada para as primeiras medidas relacionadas ao uso do tempo e ao trabalho de cuidados não remunerados. Como exemplos, temos as edições de 1982 e 1985. Em 1982, a investigação foi feita com crianças e adolescentes de 4 a 18 anos (IBGE, 1982). Em 1985, foi aplicada em um suplemento voltado para conhecer a realidade de crianças e adolescentes (*Ibidem*, 1985). Ambas as iniciativas visavam medir o impacto da realização de outras atividades na educação desse público no Brasil.

2. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) teve início no segundo trimestre de 1967, com divulgação trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, passou a ser realizada anualmente, exceto nos anos em que foi realizado o Censo Demográfico. Ao longo de quase cinco décadas, a PNAD ampliou sua abrangência temporal e territorial, cobrindo temas como emprego, renda, educação, habitação e acesso a serviços básicos.

Figura 1 – PNAD 1985: suplemento sobre a situação de crianças e adolescentes

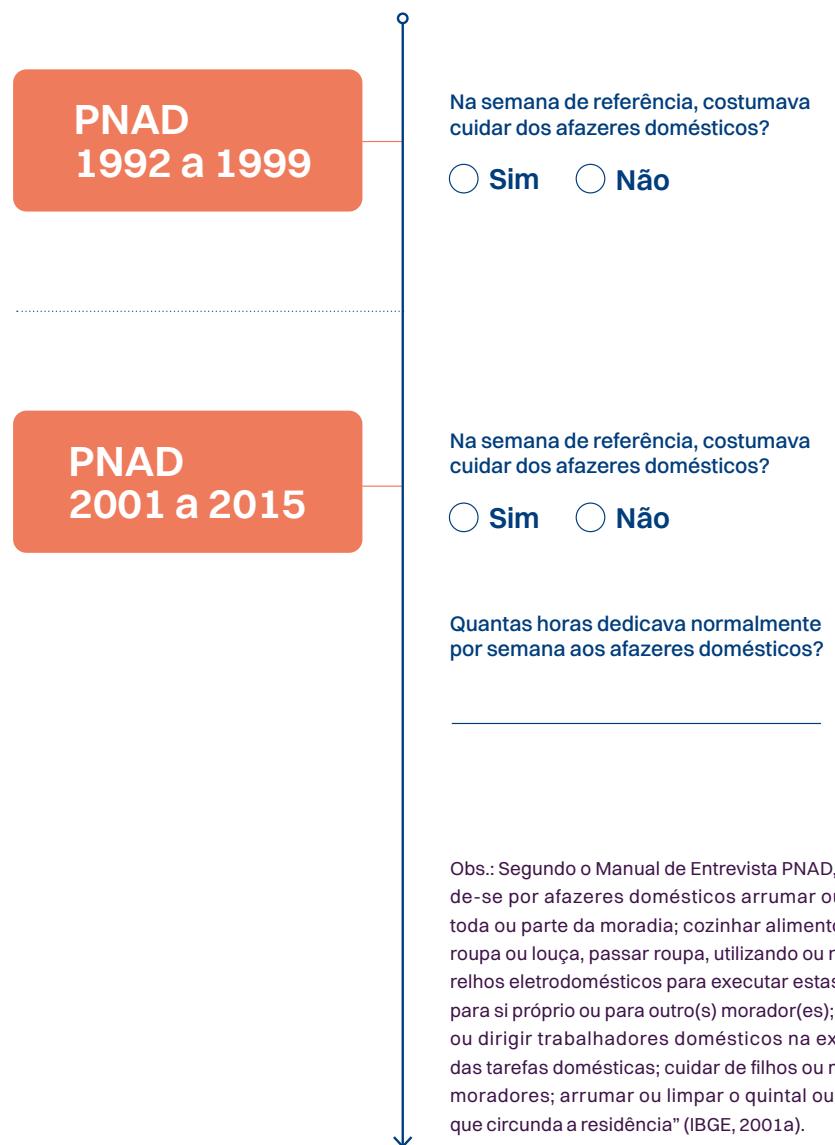
Perguntas	Opções de resposta
Normalmente ajuda nos afazeres domésticos?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Quantas horas por semana ajuda nos afazeres domésticos?	Número de horas:
Normalmente executa algum tipo de serviço?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Quantas horas por semana executa algum tipo de serviço?	Número de horas:
Normalmente assiste à televisão?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Quantas horas por semana assiste à televisão?	Número de horas:
Normalmente brinca em casa ou na rua?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Quantas horas por semana brinca em casa ou na rua?	Número de horas:
Normalmente estuda em casa?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Quantas horas por semana estuda em casa?	Número de horas:
Normalmente pratica atividades físicas ou faz cursos de extensão cultural?	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Quantas horas por semana pratica atividades físicas ou faz cursos de extensão cultural?	Número de horas:

Elaboração própria com base no Questionário PNAD 1985 (IBGE, 1985).

Os avanços seguintes encontrados na PNAD datam de 1992, quando a pesquisa passou a abordar o tema do trabalho de cuidados não remunerado a partir de um quesito que indagava às pessoas sobre a realização de afazeres domésticos durante a semana de referência.

Em 1992, o tema do trabalho doméstico começou a ser abordado para todas as pessoas com 10 anos ou mais. Entre aquele ano e 1999, a PNAD investigou se, na semana de referência, as pessoas entrevistadas (de 10 anos ou mais) cuidavam dos afazeres domésticos. Somente em 2001 foi introduzido um quesito relacionado ao tempo no trabalho de cuidados não remunerado: “quantas horas dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos?”.

Figura 2 – Avanços nos quesitos de afazeres domésticos na PNAD entre 1992 e 2015



Elaboração própria com base no Manual de Entrevista de cada edição da PNAD.

O IBGE reformulou a PNAD Anual e implantou a PNAD Contínua, iniciada em 2016, a qual reúne conteúdos da antiga PNAD e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), permitindo a produção contínua de indicadores sobre trabalho e rendimento. Diferentemente da pesquisa anterior, adota um esquema de rotação de domicílios. Foi durante o período de reformulação da PNAD que um importante avanço ocorreu no campo da medição das atividades produtivas nas estatísticas oficiais.

A resolução adotada pela **19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET)**³, de 2013, passou a estabelecer como os principais objetivos das estatísticas de trabalho e força de trabalho:

- Monitorar os mercados de trabalho e a subutilização de trabalho, incluindo a desocupação, visando fornecer dados para a formulação de políticas públicas e programas econômicos e sociais relacionados à criação de postos de trabalho, à geração de rendimento, ao desenvolvimento de competências, incluindo a educação vocacional e o treinamento, e às políticas de trabalho decente;
- Fornecer uma medida completa da participação em todas as formas de trabalho, visando estimar o volume de trabalho incorporado nas contas nacionais, incluindo as contas-satélites, e a contribuição de todas as formas de trabalho para o desenvolvimento econômico, a subsistência das unidades domésticas e o bem-estar dos indivíduos e da sociedade; e
- Avaliar a participação nas diferentes formas de trabalho para subgrupos da população, como mulheres e homens, jovens, migrantes e outras categorias de interesse, assim como estudar as relações entre as diferentes formas de trabalho e seus resultados sociais e econômicos.

Dessa forma, a OIT propõe como conceito de trabalho o conjunto de todas as atividades realizadas em unidades econômicas por pessoas de qualquer sexo, a fim de produzir bens ou serviços para o consumo por outros, ou para consumo

3. A Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET) é o fórum da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que **define padrões internacionais** para estatísticas do trabalho. Ela ocorre **aproximadamente a cada cinco anos**, em Genebra, e reúne delegações dos países-membros (governo, empregadores e trabalhadores) e especialistas nacionais para aprovar **resoluções e diretrizes** sobre conceitos, definições, classificações e métodos – que, depois, se tornam **normas internacionais** usadas pelos países em seus sistemas estatísticos. Para saber mais, consulte <https://ilostat.ilo.org/about/standards/icls/icls-documents/>.

próprio. Nesse momento, o **trabalho de produção para o próprio consumo** passou a ser incorporado ao rol de indicadores sobre formas de trabalho.

Figura 3 – Formas de trabalho conforme a 19ª CIET (ILO, 2013)



Elaboração própria com base no 13º Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares/IBGE.

O IBGE alinhou a PNAD Contínua ao novo marco conceitual de trabalho apresentado pela CIET (2013) e incorporou o módulo “Outras Formas de Trabalho” à pesquisa, o qual abarca os afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente; o cuidado de pessoas (crianças, pessoas idosas, pessoas enfermas ou pessoas com necessidades específicas) no domicílio ou de parentes não moradores; a produção para consumo próprio; e o trabalho voluntário (IBGE, 2020).

Desse modo, desde 2016, uma lista de perguntas diretas sobre a realização de atividades domésticas e de cuidados passou a ser utilizada. As perguntas têm como opção de resposta realizar ou não determinado tipo de atividade. O primeiro bloco de atividades é voltado para aquelas tarefas de cuidados diretos a moradores do mesmo domicílio ou de outro domicílio. O segundo bloco é voltado para uma lista de afazeres domésticos (Quadro 1).

Entre as tarefas de cuidados estão atividades como: auxiliar nos cuidados pessoais; auxiliar em atividades educacionais e atividades de recreação; monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio; transportar ou acompanhar em atividades do cotidiano. Já entre os afazeres domésticos, as atividades são: preparar ou servir alimentos; arrumar a mesa ou lavar as louças; cuidar da limpeza ou da manutenção de roupas e sapatos, pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos; limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim; cuidar da organização do domicílio; fazer compras; cuidar dos animais domésticos ou outras atividades. Também se considera alguma tarefa doméstica que tenha sido feita em domicílio de parente.

Assim, sabe-se, de modo detalhado, a quais atividades domésticas e de cuidados as pessoas se dedicam. Em termos metodológicos, o que se observa é que a pessoa entrevistada responde primeiro se realizou uma série ampla de atividades, para, então, responder à estimativa de quantas horas teria feito desse tipo de trabalho. Por outro lado, pergunta-se apenas qual foi o total de horas que dedicou às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, e não o tempo dedicado a cada atividade, como pretendem os questionários de uso do tempo.

Quadro 1 – Quesitos e definições sobre “afazeres domésticos” e cuidados na PNAD Contínua

Pesquisa	Quesitos/definições
PNAD Contínua – Reformulação do questionário a partir do 4º trimestre de 2015	<p>Na semana de ___a___ (semana de referência), ___ realizou tarefas de cuidados de moradores deste domicílio que eram crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais, tais como:</p> <p>Opções: () Sim () Não</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir)? 2. Auxiliar em atividades educacionais? 3. Ler, jogar ou brincar? 4. Monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio? 5. Transportar ou acompanhar para a escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas? 6. Outras tarefas de cuidados de moradores do domicílio? <p>Na semana de ___a___ (semana de referência), a qual(is) morador(es) ___ dedicou esse(s) cuidado(s)?</p> <p>Morador 1: () Sim () Não</p> <p>Morador 2: () Sim () Não</p> <p>...</p> <p>Morador n: () Sim () Não</p> <p>Na semana de ___a___ (semana de referência), ___ fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como:</p> <p>Opções: () Sim () Não</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Preparar ou servir alimentos, arrumar mesa ou lavar louça? 2. Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos? 3. Fazer pequenos reparos ou manutenção no domicílio, no automóvel, em eletrodomésticos ou outros equipamentos? 4. Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim? 5. Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.)? 6. Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio? 7. Cuidar dos animais domésticos? 8. Outras tarefas domésticas? <p>Na semana de ___a___ (semana de referência), ___ fez alguma tarefa doméstica em domicílio de parente?</p> <p>Opções: () Sim () Não</p> <p>Na semana de ___a___ (semana de referência), ___ qual foi o total de horas que dedicou às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos?</p> <p>___ h</p>

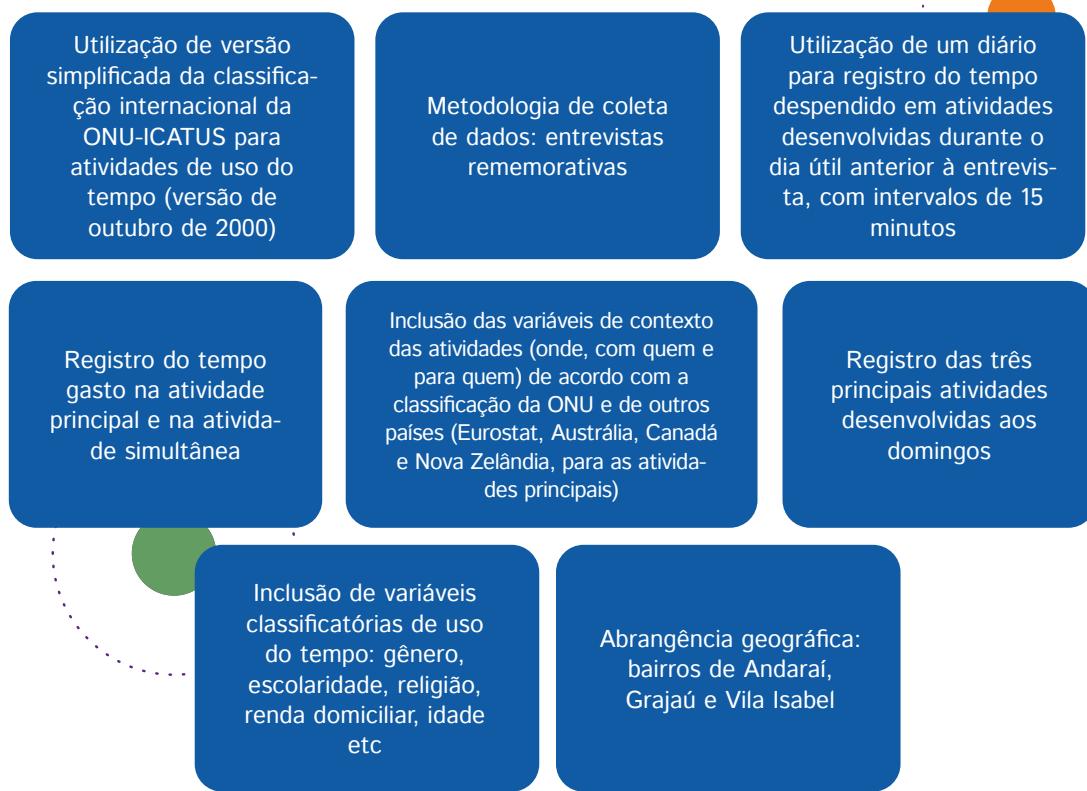
Elaboração própria com base no Manual de Entrevista de cada edição da PNAD.

A experiência do IBGE com pilotos de Pesquisas de Uso do Tempo no Brasil

O IBGE realizou, em 2001, o piloto de uma pesquisa sobre o uso do tempo entre os moradores dos bairros de Andaraí, Grajaú e Vila Isabel, no município do Rio de Janeiro/RJ. Deve-se registrar que essa experiência foi uma pesquisa realizada pelas pessoas que participaram do Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa, ministrado pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), que tinha por objetivo atualizar e qualificar o corpo técnico da instituição, e, eventualmente, funcionárias(os) de outros órgãos, bem como oferecia a quem participava a oportunidade de vivenciar todas as etapas de uma pesquisa, desde seu planejamento até a elaboração do relatório final. Esta pesquisa, segundo a ENCE, serviria não apenas para a compreensão do tema, mas também como base para a construção de um modelo que seria usado como referência para a implantação de um projeto com abrangência nacional (IBGE, 2001b).

As especificações utilizadas na pesquisa da ENCE/IBGE estão descritas na Figura 4.

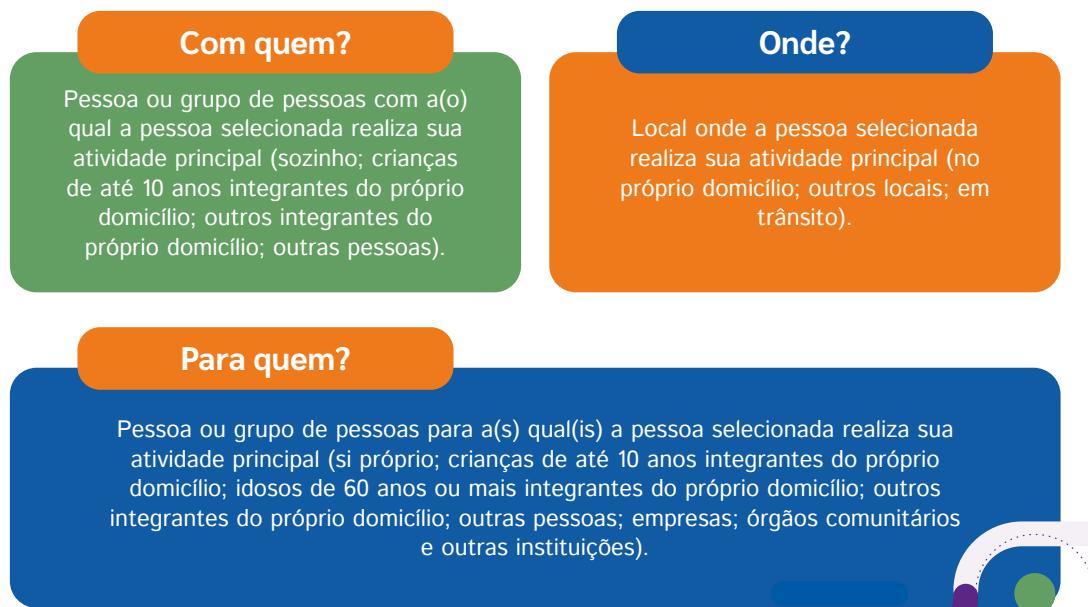
Figura 4 – Especificações utilizadas no piloto da Pesquisa de Uso do Tempo realizada pelo IBGE em 2001



Elaboração própria com base em IBGE (2001b, p. 10).

Nessa experiência, considerou-se como **atividade principal** aquela que a pessoa selecionada classificou como sendo a mais importante entre as atividades realizadas no período investigado (geralmente aquela que a pessoa selecionada citava em primeiro lugar), e como atividade simultânea a realizada ao mesmo tempo em que a atividade principal. A pesquisa utilizou variáveis de contexto, como mostra a Figura 5.

Figura 5 – Definição das variáveis de contexto utilizadas no piloto da Pesquisa de Uso do Tempo realizada pelo IBGE em 2001



Elaboração própria com base em IBGE (2001b, p. 10).

Quadro 2 – Questionário ENCE/CDHP07, piloto de uso do tempo, 2001

05 - DIÁRIO DE USO DO TEMPO (Pessoa selecionada com 15 anos ou mais)							
HORA	O QUE VOCÊ ESTAVA FAZENDO? (Atividades Principais)	CÓDIGO	ONDE?	COM QUEM?	PARA QUEM?	O QUE MAIS VOCÊ ESTAVA FAZENDO? (Atividades Simultâneas)	CÓDIGO
04:00							
04:15							
04:30							
04:45							
05:00							
05:15							
05:30							
05:45							
06:00							
06:15							
06:30							
06:45							
07:00							
07:15							
07:30							
07:45							
08:00							
08:15							
08:30							
08:45							
09:00							

ONDE	COM QUEM?	PRA QUEM?
<ul style="list-style-type: none"> 1) No próprio domicílio 2) Outros locais 3) Em trânsito 	<ul style="list-style-type: none"> 1) Sozinho 2) Crianças até 10 anos integrantes do próprio domicílio 3) Outros integrantes do próprio domicílio 4) Outras pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> 1) Si próprio 2) Crianças até 10 anos integrantes do próprio domicílio 3) Idosos de 60 anos ou mais integrantes do próprio domicílio 4) Outros integrantes do próprio domicílio 5) Outras pessoas 6) Empresas, órgãos comunitários e outras instituições

Fonte: IBGE (2001b, p. 70).

Os resultados desse experimento mostraram significativos diferenciais de gênero no uso do tempo. Embora homens e mulheres participassem de forma equilibrada no trabalho remunerado e na educação, havia uma forte desigualdade na distribuição de atividades domésticas e de cuidado: as mulheres dedicavam-se muito mais a serviços para o próprio domicílio, cuidados a membros da família, atividades comunitárias e religiosas, enquanto os homens tinham maior presença em atividades de lazer, esporte e consumo de mídia. Essa diferença evidenciava a sobrecarga feminina nas responsabilidades não remuneradas e uma divisão de papéis ainda marcada por padrões tradicionais de gênero (IBGE, 2001b, p. 28).

Uma informação importante trazida pelos resultados desse piloto é que **cuidados pessoais, cuidados com membros do domicílio e serviços para a comunidade** aparecem sempre como **atividade principal**. A simultaneidade está fortemente caracterizada pela realização de atividades que, na pesquisa, foram classificadas como “comunicação de massa” (rádio, TV, vídeo, entre outros).

Em 2007, foi realizado, no Rio de Janeiro, o Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo. No evento, organizado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e pelo IBGE⁴, com apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), surgiu a proposta de criação de um grupo de trabalho que desse prosseguimento aos esforços de implementação de Pesquisas de Uso do Tempo no país (Fontoura *et al.*, 2010).

Em 2008, foi criado o Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT), composto por representantes da SPM na coordenação, pelo IBGE e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A criação deste comitê teve grande relevância para que o IBGE e outras instituições envolvidas passassem a seguir as recomendações que vinham sendo feitas pelas instituições internacionais.

Como desdobramento do trabalho do comitê, o IBGE realizou, pela primeira vez, um teste nacional de Pesquisa de Uso do Tempo, com o propósito de avaliar a metodologia que poderia ser aplicada futuramente. O piloto de uso

4. Ver https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2007/05/not_seminario_unifem

do tempo foi a campo em cinco Unidades da Federação (UFs) no ano de 2009: Pará, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

O piloto de uso do tempo foi realizado a partir de uma subamostra da PNAD Contínua, envolvendo cerca de 10.500 domicílios. Destes, alguns também foram selecionados para responder à Pesquisa de Uso do Tempo, sendo sorteada⁵ uma pessoa para responder ao questionário específico (o próprio morador). A amostra teve abrangência nacional, alcançando 672 municípios em seis UFs.

Nessa pesquisa, a exemplo do que já vinha sendo feito em outros países, utilizou-se a metodologia de diários⁶, em que as(os) entrevistadas(os) relatavam, a cada 15 minutos, o que tinham feito, onde e com quem realizaram a atividade, e também alguma outra atividade que tivesse sido realizada simultaneamente.

Figura 6 – Especificações utilizadas no piloto da Pesquisa de Uso do Tempo/IBGE, 2009



Elaboração própria com base nos resultados preliminares do teste piloto da PNAD Contínua/teste piloto da Pesquisa de Uso do Tempo (IBGE, 2009a).

5. Nessa experiência, portanto, só havia disponibilidade de informação para um único morador do domicílio, o que não permite análises, por exemplo, da alocação em tempo de trabalho remunerado e não remunerado de pessoas que compõem um casal.

6. Ver https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc1863.pdf

A coleta de informações envolveu duas fases. Inicialmente, durante a entrevista da PNAD Contínua, o(a) entrevistador(a) entregava um diário de papel à pessoa do domicílio sorteada, para ser preenchido em uma data determinada. Em seguida, o(a) entrevistador(a) retornava ao domicílio no dia seguinte ao do preenchimento do diário, quando transcrevia os dados do diário para um dispositivo eletrônico e aplicava um questionário sobre a percepção da pessoa entrevistada acerca de seu próprio uso do tempo (Cavalcanti; Paulo; Hany, 2010).

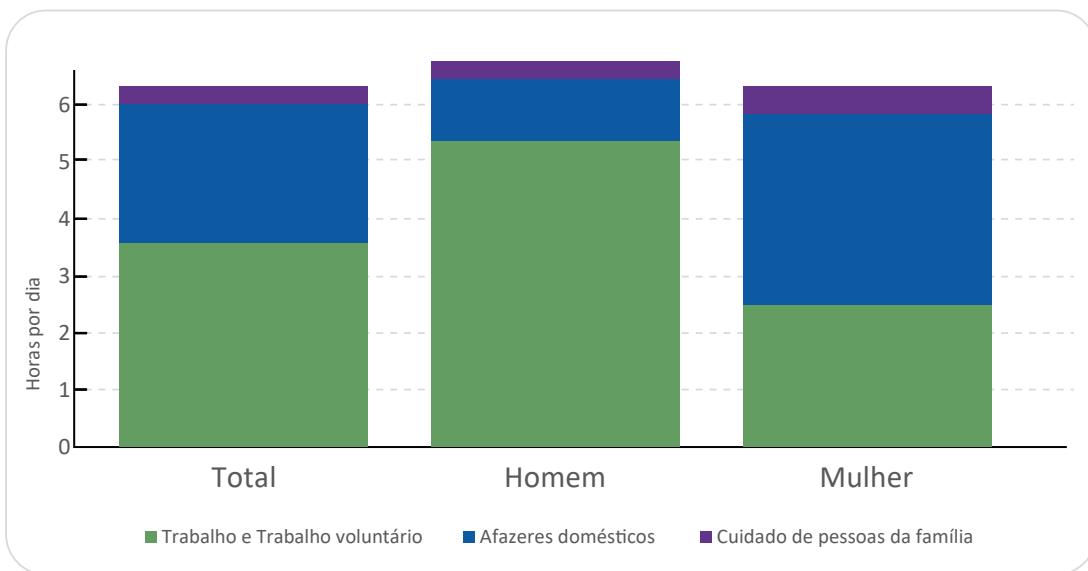
Figura 7 – Instrumento de coleta do piloto da Pesquisa de Uso do Tempo/IBGE, 2009

O que você está fazendo? (atividades principais)		Onde?			Com quem?			O que mais você está fazendo neste horário? (atividades simultâneas)
Horário	O que você está fazendo?	Onde?	Com quem?	O que mais você está fazendo neste horário?				
de até		Registre um dos seguintes códigos: (1) Em casa (2) No trabalho / na escola (3) Em outro local	Registre um dos seguintes códigos: (1) Sozinho (2) Com moradores do domicílio (3) Com não-moradores					
06:00 - 06:15								
06:15 - 06:30	preparando refeição	1	1	ouvindo noticiário				
06:30 - 06:45	tomando café	1	2					
06:45 - 07:00	tomando banho	1	1					
07:00 - 07:15	vestindo criança	1	2					
07:15 - 07:30	levando criança para escola	3	2	ouvindo música				
07:30 - 07:45	indo para o trabalho	3	1					
07:45 - 08:00								
08:00 - 08:15	trabalhando	2	3					
08:15 - 08:30								
08:30 - 08:45								
08:45 - 09:00								

Intervalos de 15 minutos

Elaboração própria com base nos resultados preliminares do teste piloto da PNAD Contínua/teste piloto da Pesquisa de Uso do Tempo (IBGE, 2009a).

Gráfico 1 – Tempo total (em horas) por dia dedicado a atividades de trabalho, afazeres domésticos e cuidado de pessoas da família, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo e total – piloto da Pesquisa de Uso do Tempo/IBGE, 2009



Elaboração própria com base nos resultados preliminares do teste piloto da PNAD

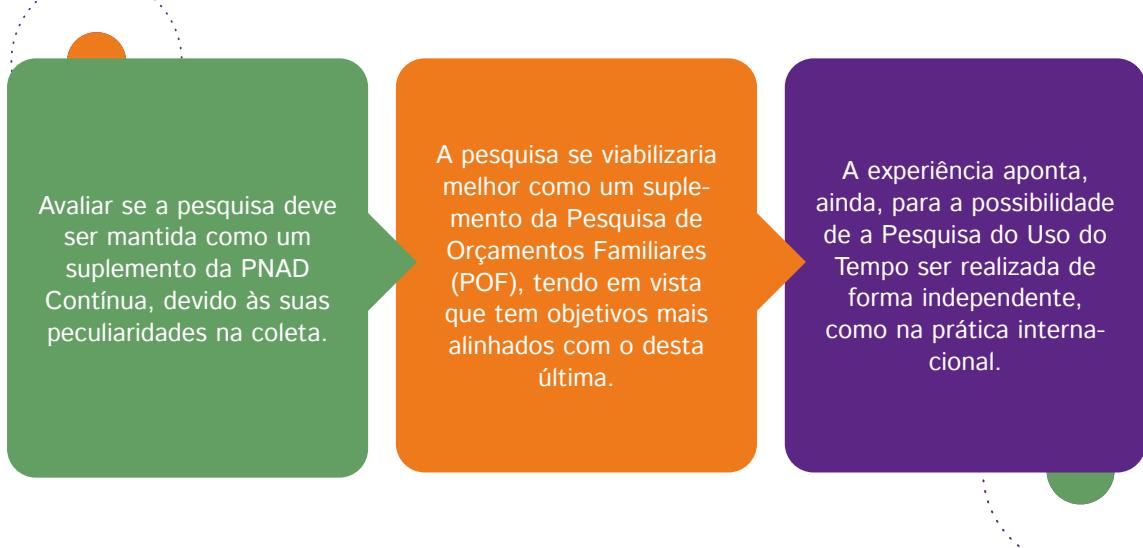
Contínua/teste piloto da Pesquisa de Uso do Tempo (IBGE, 2009a).

Obs.: O total corresponde às cinco UFs selecionadas: PA, PE, DF, SP e RS.

Em suma, os resultados do piloto apontavam a diferença notável ao longo de um dia médio de mulheres e homens. As mulheres dedicam muito mais tempo aos cuidados não remunerados, ao passo que os homens dedicam mais tempo ao trabalho remunerado. Com base na experiência do piloto, algumas recomendações foram feitas por Cavalcanti, Paulo e Hany (2010)⁷:

7. Ver https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc1863.pdf e Cavalcanti, Paulo e Hany (2010). https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278295122_ARQUIVO_artigoIBGE-APesquisaPilotodeUso doTempo doIBGE2009-2010.pdf

Figura 8 – Recomendações sobre caminhos da pesquisa de uso do tempo a partir da experiência do piloto da Pesquisa de Uso do Tempo/IBGE, 2009



Elaboração própria com base em Cavalcanti, Paulo e Hany (2010).

A realização desse piloto representou um importante esforço do IBGE, tanto em termos técnicos quanto de recursos investidos, e constitui uma referência relevante para o avanço das Pesquisas de Uso do Tempo no país. Os resultados completos, contudo, não estão disponíveis ao público, em razão da política institucional de acesso a dados de testes. Sem perder de vista essa diretriz, entende-se que a construção de canais de diálogo e colaboração entre o IBGE, a comunidade acadêmica e demais interessadas(os) poderia ampliar as oportunidades de análise e contribuir para o aperfeiçoamento de metodologias e para o desenvolvimento de novas propostas de pesquisas no Brasil.

2. O que já sabemos sobre o uso do tempo no Brasil?

O tempo é um recurso igualmente distribuído, mas desigualmente vivido. Todas as pessoas têm as mesmas 24 horas por dia, mas as condições sociais, econômicas e culturais determinam profundamente como essas horas são experimentadas, usufruídas ou sacrificadas.

Apesar de o Brasil ainda não contar com uma Pesquisa Nacional de Uso do Tempo (PNUT) de caráter contínuo e estruturado, o módulo da PNAD Contínua voltado a “Outras Formas de Trabalho”, quando combinado às informações sobre jornadas de trabalho remunerado, permite evidenciar desigualdades profundas na sociedade brasileira.

Figura 9 – Tempo médio diário em afazeres domésticos e cuidados não remunerados, por sexo — Brasil, 2022

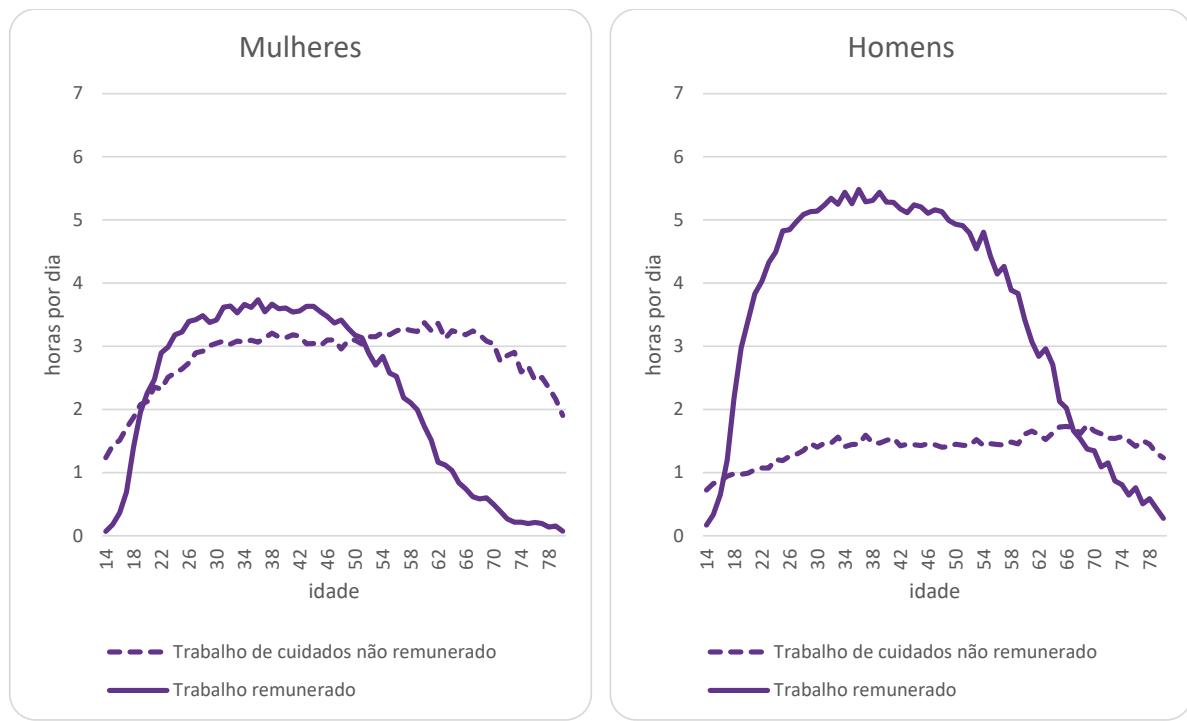


Elaboração própria com base na PNAD Contínua/IBGE (2022).

Os dados mostram que as mulheres dedicam, em média, quase o dobro de horas diárias ao trabalho de cuidado do que os homens. Ainda que limitado em abrangência e detalhamento em relação às pesquisas específicas de uso do tempo, esse módulo é suficiente para demonstrar como o trabalho de cuidado não remunerado segue sendo distribuído de forma desigual entre mulheres e homens.

O quadro fica ainda mais completo quando se recorre à análise do tempo de trabalho remunerado e de cuidados não remunerados ao longo do ciclo de vida. No caso das mulheres, observa-se que o trabalho de cuidados não remunerados atravessa toda a trajetória da vida adulta, iniciando ainda na juventude e mantendo-se em torno de 3 a 4 horas diárias até as idades avançadas. Esse tempo só se reduz de forma significativa após os 80 anos. Por conta da necessidade de se dedicar aos cuidados socialmente impostos a elas, as mulheres têm menor participação no trabalho remunerado. Esse padrão evidencia a sobreposição entre trabalho pago e não pago, resultando em uma dupla jornada que impõe às mulheres uma carga total elevada de trabalho, especialmente no período central do ciclo de vida (30–50 anos).

Gráfico 2 – Tempo de trabalho remunerado e de cuidados não remunerados ao longo do ciclo de vida: horas médias por dia, segundo sexo – Brasil, 2022



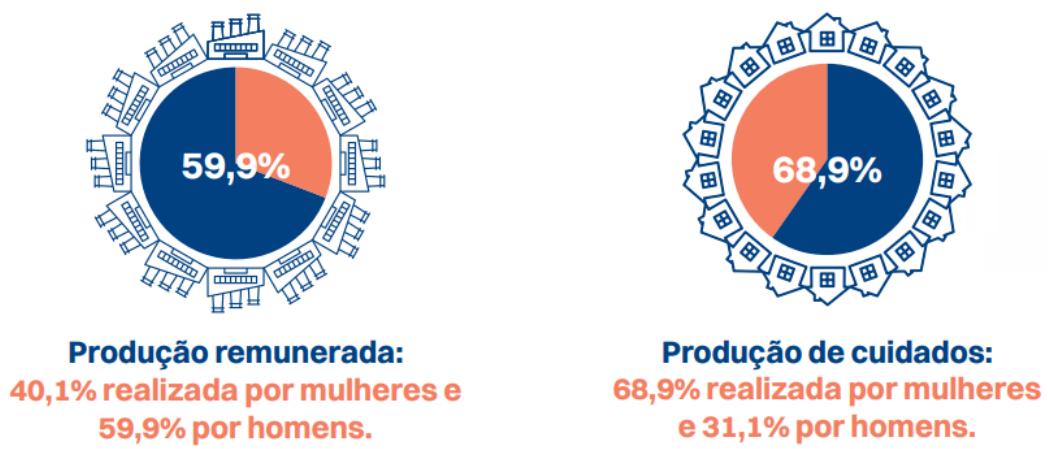
Elaboração própria com base na PNAD Contínua/IBGE (2022).

Entre os homens, o padrão é distinto: o trabalho remunerado domina amplamente o ciclo de vida, alcançando níveis mais altos e sustentados (picos de 5 a 6 horas diárias entre os 30 e 50 anos) e reduzindo-se após os 60 anos. Já o trabalho de cuidados não remunerados permanece marginal em toda a trajetória, situando-se em torno de 1 hora ou menos por dia, com poucas variações ao longo das idades. Diferentemente das mulheres, os homens não acumulam intensamente as duas formas de trabalho, o que confirma uma especialização quase exclusiva no trabalho pago.

A comparação evidencia a assimetria central da organização social dos cuidados no Brasil. As mulheres assumem o peso das atividades de cuidado ao longo de toda a vida, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, o que restringe a sua dedicação ao trabalho remunerado e limita a sua autonomia econômica. Já os homens concentram sua trajetória na esfera produtiva remunerada, contribuindo pouco ou quase nada para a provisão de cuidados.

Outra forma de visualização da especialização de mulheres e homens em trabalho remunerado e não remunerado é a partir da produção acumulada de horas dedicadas a esses trabalhos.

Figura 10 – Quem faz o quê: divisão sexual da produção no Brasil



Elaboração própria com base na PNAD Contínua/IBGE (2022).

Há uma especialização sexual na produção econômica: em 2022, 68,9% de toda a produção de cuidados foi realizada por mulheres, enquanto os homens responderam por 59,9% da produção remunerada.

Gênero, raça e a divisão do trabalho remunerado e de cuidados

A PNAD Contínua nos permite, ainda, investigar a divisão racial do trabalho no Brasil. Quando observamos a distribuição da população de 14 anos ou mais no Brasil, em 2022, a composição já aponta para uma base diversa: mulheres negras representam 28,3%, e mulheres brancas, 22,8%; homens negros somam 28,0%, e homens brancos, 20,9%. Ou seja, as mulheres negras formam o maior grupo isolado da população adulta brasileira, um dado demográfico fundamental para compreender as desigualdades estruturais.

Na produção de cuidados não remunerados, a sobrecarga recai principalmente sobre as mulheres negras, responsáveis por 39,5% de todas as horas dedicadas a essas atividades, seguidas pelas mulheres brancas (29,3%). Homens, tanto negros (17,7%) quanto brancos (13,4%), têm participação bastante reduzida, confirmando que a organização social dos cuidados se sustenta majoritariamente no trabalho feminino, e, dentro dele, com maior peso sobre as mulheres negras.

Por outro lado, quando se observa o trabalho remunerado, o quadro se inverte. Homens são maioria: os negros concentram 33,6% da produção de horas remuneradas e os brancos 26,4%. As mulheres aparecem com menor participação – 20,6% entre as negras e 19,4% entre as brancas. Essa assimetria mostra não apenas que os homens estão mais presentes no mercado de trabalho, mas também que existe um recorte racial importante, em que os homens negros são mais numerosos no trabalho pago, embora ocupem, em grande medida, posições mais precárias e de menor remuneração.

A massa salarial explicita essa desigualdade. Apesar de representarem os maiores contingentes populacionais e concentrarem parte significativa do trabalho, as mulheres negras recebem apenas 14,9% da massa salarial total do país, enquanto os homens negros concentram 27,2%. As mulheres brancas,

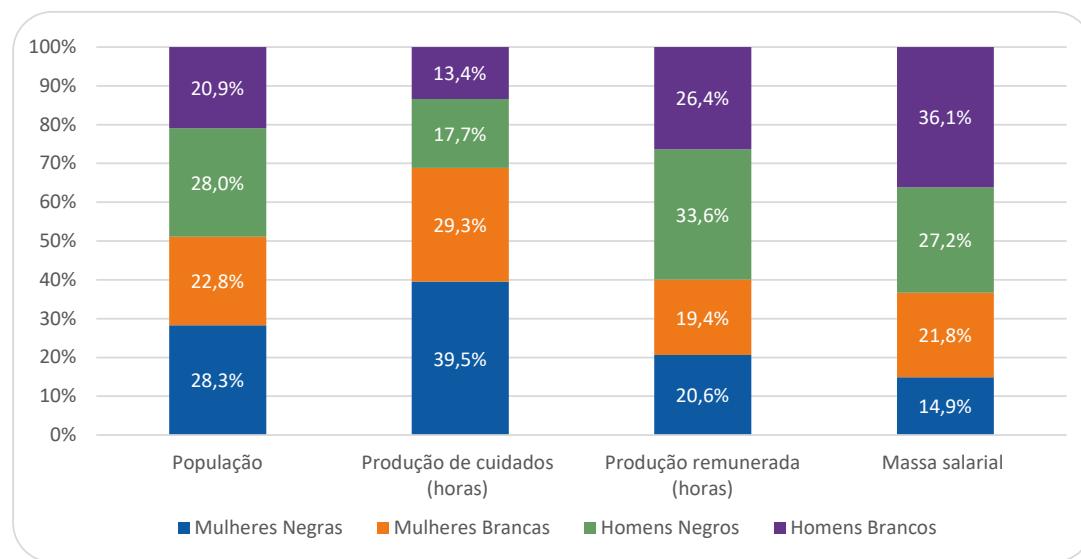
com menor peso demográfico, concentram 21,8%, e os homens brancos atingem 36,1%, liderando a apropriação da renda gerada pelo trabalho.

Esse resultado evidencia uma hierarquia interseccional:

- **Mulheres negras** são maioria na provisão de cuidados não remunerados e minoria na massa salarial. Isso significa que sustentam o sistema de reprodução social, mas permanecem com as menores recompensas econômicas.
- **Homens brancos**, ao contrário, concentram a maior parcela da renda, ainda que participem muito pouco dos cuidados.
- **Mulheres brancas** ocupam uma posição intermediária, também sobre-carregadas pelo cuidado, mas com acesso a melhores postos no mercado de trabalho.
- **Homens negros** têm forte presença no trabalho remunerado, mas sem a mesma apropriação da renda que os homens brancos, reflexo das desigualdades raciais históricas no mercado.

Portanto, a análise integrada por sexo e raça revela que a divisão desigual do trabalho no Brasil não é apenas uma questão de gênero, mas também de racialização. As mulheres negras, maior grupo demográfico do país, são o elo central do triplo fardo: sustentam o cuidado, enfrentam barreiras para inserção no mercado de trabalho formal e estão na base da pirâmide da distribuição da renda.

Gráfico 3 – Distribuição da população, do trabalho de cuidados não remunerados, do trabalho remunerado e da massa salarial, por sexo e cor/raça – Brasil, 2022



Elaboração própria com base na PNAD Contínua/IBGE (2022).

3. Limitações e lacunas dos dados atuais

Apesar dos avanços e dos esforços empreendidos, é necessário avaliar com cautela a qualidade da informação sobre o tempo de trabalho de cuidado não remunerado quando este é captado a partir de um único quesito, como historicamente ocorre na PNAD e na PNAD Contínua. Essa forma de coleta apresenta restrições importantes, pois, ao responder a esse tipo de pergunta, as pessoas entrevistadas passam por um complexo “**processo cognitivo**” para estimar o total de horas dedicadas ao trabalho de cuidados ao longo de uma semana. Como destaca Winkler (2002), esse processo pode levar a interpretações variadas, influenciadas por fatores como gênero, idade, contexto sociocultural e até pela rotina cotidiana das(os) respondentes. Essa estimativa também pode ser sensível ao nível de escolaridade da(o) entrevistada(o), que pode ter diferentes habilidades para fazer o cálculo do número de horas semanais (Aguiar, 2010).

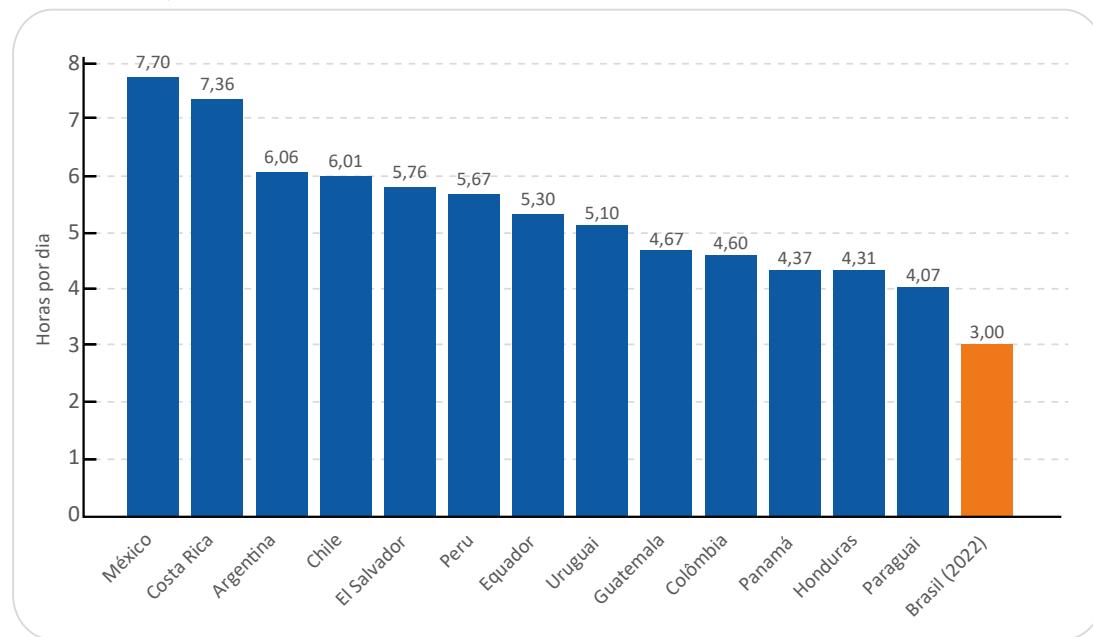
A literatura chama atenção para as complexidades conceituais, teóricas, metodológicas e/ou epistemológicas de avaliar e mensurar o trabalho de cuidado não remunerado, bem como para entender como o tempo de cuidado e as temporalidades são experienciados por populações diversas (Doucet, 2023). As pessoas são “seres multitarefas” (Harvey; Royal, 2000) e frequentemente se envolvem em múltiplas atividades simultaneamente, o que pode tornar a medição precisa do tempo dedicado a tarefas específicas um desafio. Muitas vezes, uma série de atividades domésticas são feitas ao mesmo tempo. Por exemplo, muitas mulheres podem cuidar de crianças enquanto fazem o jantar e lavam as louças. Esse desafio, entretanto, está presente em qualquer decisão que se tome com relação à forma de medir o uso do tempo.

No intuito de analisar a **qualidade** da informação sobre trabalho doméstico produzida no Brasil, recorre-se a uma comparação dos níveis médios de tempo dedicado a esse tipo de atividade em países da América Latina e Caribe. O Gráfico 4 apresenta a média de horas diárias dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado de mulheres com 15 anos ou mais extraídas do Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. No Quadro

A, no Apêndice, estão descritas as metodologias empregadas em cada uma dessas pesquisas.

Notoriamente, há uma amplitude no tempo médio de trabalho doméstico entre os países apresentados. Parte dessa diferença deve-se às questões demográficas, econômicas, sociais e culturais que afetam tanto a demanda no interior das famílias por esse tipo de trabalho quanto a oferta por parte dos indivíduos. Entretanto, outra parte pode estar relacionada à diferença no instrumento de coleta do uso do tempo. De todos os países apresentados no Gráfico 4, o Brasil registra a menor média diária - sendo que a PNAD Contínua passou a captar menos trabalho doméstico do que a PNAD Anual. Cabe ressaltar que, entre as pesquisas apresentadas no Gráfico 4, **o Brasil é o único que fez a coleta a partir de uma única pergunta** estilizada de “número de horas dedicadas ao trabalho doméstico na semana de referência”. Os demais países, como se descreverá a seguir, utilizam módulos em pesquisas domiciliares ou pesquisas independentes de uso do tempo.

Gráfico 4 – Média de horas diárias dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado de mulheres com 15 anos ou mais por país analisado, 2007–2022



Elaboração própria com base no *Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe* (CEPAL, 2025) e na PNAD Contínua/IBGE (2022).

Evidências recentes reforçam o argumento de que há limitações nos dados brasileiros. Jesus, Turra e Wajnman (2023) demonstram que, em comparação a outros países da América Latina, as mulheres no Brasil, além de reportarem substancialmente menos horas em trabalhos domésticos não remunerados, também apresentam um padrão etário incomum, sem os picos esperados nos períodos da vida em que a demanda por cuidados é maior. As autoras e o autor atribuem esse resultado à subnotificação das atividades de cuidado direto, sobretudo no acompanhamento de crianças pequenas e pessoas idosas. A aplicação de um método de ajuste empírico, tomando como referência dados da Colômbia, mostrou que as horas dedicadas a cuidados poderiam ser até 60% maiores para mulheres e 35% maiores para homens em determinadas idades.

Essas evidências indicam que a PNAD e a PNAD Contínua não captam de forma plena a extensão do trabalho de cuidados no país, perpetuando a invisibilidade de uma parcela expressiva da contribuição das mulheres para a reprodução social e econômica. Também significa dizer que as desigualdades apresentadas na seção anterior podem ser ainda maiores.

Tal limitação ressalta a urgência de avançar na implementação de Pesquisas Nacionais de Uso do Tempo mais adequadas, para mensurar simultaneidades, fragmentações e intensidades do trabalho de cuidado, assegurando maior confiabilidade às estatísticas e permitindo comparações internacionais consistentes.

Ao longo das últimas décadas, o IBGE acumulou uma bagagem de experiências de coletas sobre o uso do tempo que preparam o país para um novo passo: a implementação de questionários estruturados, nacionais e com temporalidade garantida. Como foi demonstrado, há um acúmulo de experiência e capacidade técnica na realização de pesquisas complexas e de grande porte. Além disso, o instituto conta com uma infraestrutura tecnológica robusta para coleta, processamento e análise de dados, que tem garantido seu compromisso com a produção de estatísticas oficiais do país em atendimento às demandas da sociedade.

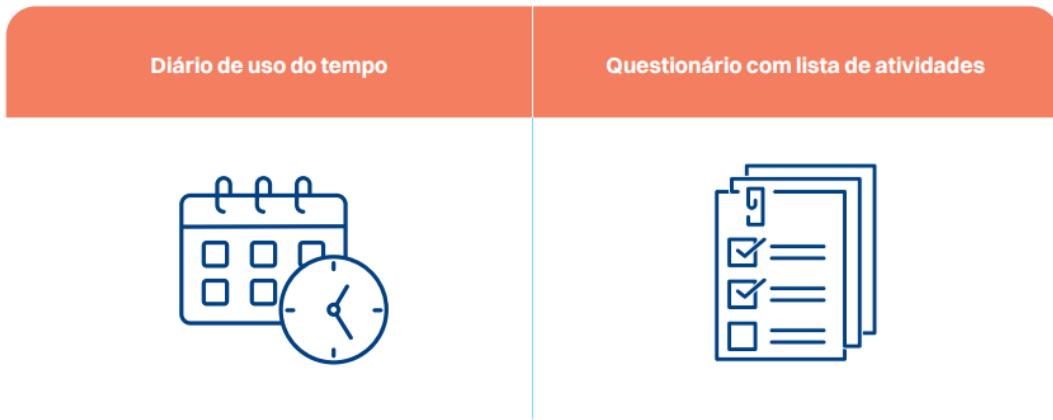
4. Caminhos a seguir para uma Pesquisa Independente de Uso do Tempo no Brasil

A realização de uma PNUT no Brasil é fundamental para preencher uma lacuna histórica na produção de estatísticas sociais do país. As Pesquisas de Uso do Tempo são ferramentas analíticas que visam compreender a organização da vida cotidiana da população. Ao registrar as atividades realizadas em um período específico – geralmente um dia ou uma semana – e o tempo dedicado a cada uma delas, oferecem um retrato detalhado da forma como as pessoas distribuem seu tempo.

Os objetivos analíticos dessas pesquisas giram em torno de três grandes eixos:

1. **Estimar o trabalho não remunerado realizado para o domicílio e para membros da família**, com ênfase na visibilidade do trabalho de cuidado. Ao tornar essas atividades mensuráveis, as pesquisas contribuem para reconhecer sua importância social e econômica, muitas vezes invisibilizada nas estatísticas tradicionais.
2. **Mensurar as desigualdades entre mulheres e homens no tempo total de trabalho**, somando o tempo dedicado ao trabalho remunerado e ao não remunerado. Esses dados cumprem o papel de evidenciar sobrecargas, especialmente entre mulheres, e para subsidiar políticas de redistribuição do trabalho de cuidado.
3. **Oferecer indicadores sobre qualidade de vida**, a partir da análise dos padrões de uso do tempo, incluindo aspectos como acesso ao lazer, descanso, deslocamento, educação e convivência social. A forma como o tempo é utilizado reflete condições de bem-estar e desigualdade estrutural nas sociedades.

As Pesquisas de Uso do Tempo são implementadas a partir de dois instrumentos típicos: os **diários de uso do tempo** e os **questionários com listas de atividades** (também chamados de questionários estilizados).



a) Diários de uso do tempo

Os diários de uso do tempo são uma ferramenta de pesquisa que registra, de forma detalhada e cronológica, todas as atividades realizadas por uma pessoa durante um período de referência específico – geralmente 24 horas (CEPAL, 2022; UN, 2024).

Nesse diário, a pessoa responde descrevendo cada episódio de atividade na ordem em que ocorreu, informando os horários de início e de término. Além disso, pode ser solicitada uma série de informações contextuais para cada atividade – como se realizou outra atividade ao mesmo tempo, onde estava ou com quem estava.

Esse tipo de instrumento é especialmente potente porque permite captar não apenas o tempo gasto em cada atividade, mas também **a sequência, a duração e o contexto**, oferecendo um retrato completo da rotina diária das pessoas. Além disso, os diários possibilitam identificar **atividades simultâneas**, como cuidar de uma criança enquanto faz o almoço.

Por serem mais detalhados, os diários demandam maior esforço para a sua aplicação, tanto do ponto de vista orçamentário quanto das pessoas entrevistadas. Há dois formatos de diários:

- **Diários completos de uso do tempo:** instrumento em que a pessoa entrevistada registra ou declara, com suas próprias palavras, as atividades que realizou ao longo do dia. Isso pode ser feito livremente ou a partir de uma lista muito detalhada de categorias pré-definidas. O objetivo é que a pessoa forneça o máximo de detalhes possíveis sobre o que fez e quando fez – o que

permite identificar uma grande diversidade de atividades, inclusive aquelas novas ou menos comuns, que poderiam passar despercebidas em questionários fechados.

- **Diários simplificados de uso do tempo (também chamados de light diaries):** instrumento em que as atividades são registradas a partir de uma lista limitada e pré-definida de categorias. A pessoa entrevistada escolhe diretamente, entre as opções, quais atividades realizou, sem a necessidade de descrever com as suas próprias palavras.

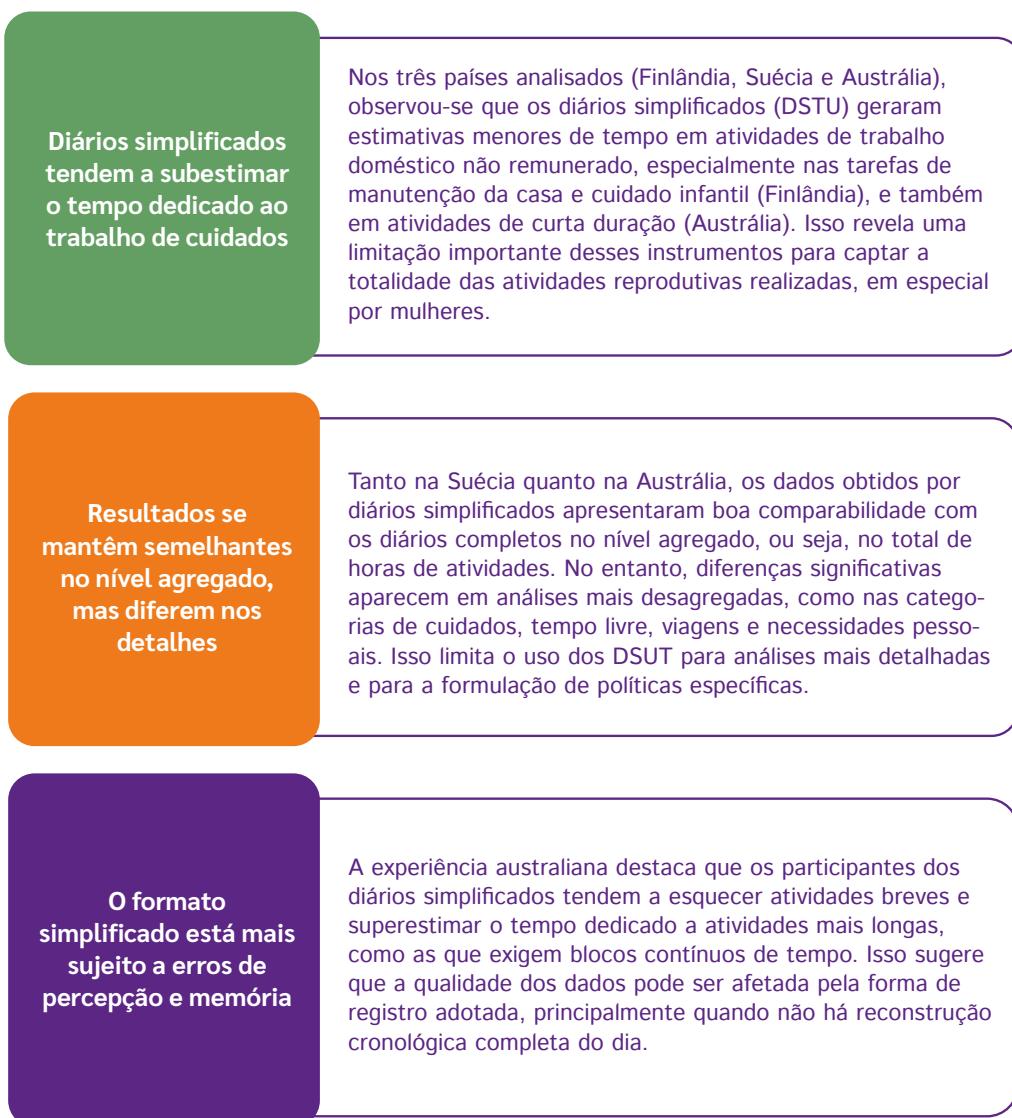
Quadro 3 – Exemplo de diário completo de uso do tempo

Dia 1 07:00- 10:00	O que você estava fazendo? (Por favor, escreva uma atividade principal)	Se fez outra coisa ao mesmo tempo, o que fez?	Usou um telefone, tablet ou computador?	Onde você estava? (Localização ou meio de transporte)	Você estava sozinho ou com alguém que conhece? (Marque todas as opções relevantes)						
					Sozinho	Pessoas que moram com você					
						Esposo(a)/ companheiro(a)	Mãe	Pai	Criança de 0 a 7 anos	Outra pessoa	Outra pessoa do convívio
7:00- 7:10	Acordou as crianças		<input type="radio"/>	Em casa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	
7:10- 7:20	Tomou café da manhã	Checou mensagens	<input type="radio"/>	"..."	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	
7:20- 7:30	"..."	Conversou com a família	<input type="radio"/>	"..."	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	
7:30- 7:40	Arrumou a mesa	Ouviu rádio	<input checked="" type="radio"/>	"..."	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
7:40- 7:50	"..."	"..."	<input checked="" type="radio"/>	"..."	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
7:50- 8:00	Ajudou a vestir as crianças	Conversou com as crianças	<input type="radio"/>	"..."	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	
8:00- 8:10	Levou a filha à creche		<input type="radio"/>	A pé	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	
8:10- 8:20	"..."		<input type="radio"/>	A pé	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	

Elaboração própria com base na *Harmonized European Time Use Surveys – 2018 Guideline* (Eurostat, 2019). Página de exemplo do diário de uso do tempo autoaplicado do HETUS no Reino Unido.

Para avaliar a confiabilidade e as limitações dos diferentes instrumentos de coleta de dados sobre o uso do tempo, estudos comparativos internacionais analisaram os resultados obtidos por meio de diários completos e diários simplificados (DSUT). A partir das experiências da Finlândia (2010), da Suécia (2010/2011) e da Austrália (2006), Benes, Tinonin e Walsh (2018) identificaram um quadro misto: embora os dois instrumentos apresentem resultados semelhantes no nível agregado – ou seja, no total de horas dedicadas às atividades –, diferenças importantes emergem quando se analisa o tempo gasto em atividades específicas ou em categorias mais desagregadas.

Figura 11 – Diários simplificados de uso do tempo (DSUT): limites e evidências internacionais



Elaboração própria com base em Benes, Tinonin e Walsh (2018).

b) Questionários com perguntas estilizadas

Questionários com perguntas estilizadas são instrumentos de coleta de dados sobre o uso do tempo que consistem em uma lista de atividades previamente definidas, na qual a pessoa entrevistada informa se realizou ou não cada atividade durante um período de referência (geralmente um dia ou uma semana), e, em caso positivo, **estima o tempo total dedicado a cada uma delas** (CEPAL, 2022; UN, 2024).

Embora menos ricos em contexto e sequência do que os diários, eles são úteis para levantamentos de larga escala e podem gerar indicadores relevantes para políticas públicas, especialmente quando aplicados com sondagens bem estruturadas.

Se, por um lado, esse instrumento pode ajudar na memorização – por exemplo, quando uma lista de atividades estimula a pessoa a lembrar do que fez –, também pode gerar erros de estimativa, levando a uma soma de horas maior ou menor do que as 24 horas reais de um dia, por exemplo.

Figura 12 – Exemplo de quesitos de um questionário de uso do tempo com lista de atividades

<p>No dia [_____], quais das seguintes atividades de autocuidado você realizou? Durante quanto tempo, ao todo, em cada uma?</p>	Durante quanto tempo?	
	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> M
	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> M
	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> M
	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> M
	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> M

Elaboração própria.

Afinal, qual o melhor instrumento?

A escolha entre diários de uso do tempo e questionários estilizados depende dos objetivos da pesquisa, dos recursos disponíveis e do perfil da população entrevistada. Os **diários completos**, ao registrarem a sequência cronológica das atividades ao longo de um dia (ou mais), oferecem um retrato detalhado da rotina das pessoas, permitindo análises refinadas sobre duração, simultaneidade e contexto das atividades. São ideais para estudos que buscam compreender a dinâmica cotidiana, o trabalho não remunerado e as desigualdades de gênero e classe com maior profundidade. No entanto, esse nível de detalhamento exige mais esforço, tanto das pessoas respondentes quanto das equipes responsáveis pela coleta, pela codificação e pela análise dos dados.

Já os **questionários com perguntas estilizadas**, por serem instrumentos comparativamente menos complexos e não exigirem a reconstituição do dia nem o registro detalhado de episódios, tendem a ser mais fáceis de aplicar, mais rápidos de processar e menos custosos. Por outro lado, fornecem informações menos precisas sobre o contexto, a simultaneidade e a sequência das atividades, o que limita o potencial analítico – especialmente em temas sensíveis, como o cuidado invisibilizado, o trabalho reprodutivo ou as jornadas múltiplas.

Portanto, **não há um “melhor” instrumento de forma absoluta**, mas sim o mais adequado a cada propósito. Se o foco estiver na **produção de dados detalhados e comparáveis internacionalmente**, com capacidade de captar a complexidade do uso do tempo – como no caso de análises sobre o trabalho doméstico e de cuidado – os diários, especialmente os completos, são mais indicados. Já se a prioridade for **viabilizar a coleta em grande escala, com menor custo e esforço**, os questionários estilizados se apresentam como uma alternativa eficiente, desde que bem desenhados e aplicados com sondagens apropriadas. A decisão metodológica deve sempre considerar o equilíbrio entre rigor analítico e viabilidade operacional.

O Guia para Produção de Estatísticas de Uso do Tempo da ONU, publicado em 2024, apresenta um comparativo entre os dois tipos de instrumentos.

Quadro 4 – Comparando os dois instrumentos

Aspecto	Questionário estilizado	Diário de uso do tempo
Tempo em que a atividade ocorre	Não permite a coleta.	Permite a coleta com precisão.
Atividades simultâneas	Permite coleta limitada se acrescentadas questões específicas.	Permite a coleta no nível de cada episódio do dia.
Contexto da atividade	Permite coleta limitada se acrescentadas questões específicas.	Permite a coleta no nível de cada episódio do dia.
Completure	<p>Perguntas sobre atividades específicas estimulam a memória, o que pode melhorar a recordação e o relato e diminuir a chance de serem esquecidas accidentalmente.</p> <p>Pode haver excesso ou falta no total de horas do período de referência (um dia pode apresentar dados com mais ou menos de 24 horas).</p>	<p>Algumas atividades podem ser esquecidas e subnotificadas pelas pessoas entrevistadas.</p> <p>As informações sobre atividades (atividade principal) devem somar exatamente o número de horas do período de referência (embora possa haver intervalos de tempo não preenchidos).</p>
Simplicidade	<p>Mais simples para coleta e processamento.</p> <p>Produz o mesmo tipo de resultado (número de minutos ou horas) para todas as pessoas respondentes.</p>	<p>O processamento e a análise dos dados são mais complexos, especialmente no caso dos diários completos.</p> <p>As(os) respondentes fornecem níveis variados de detalhamento.</p>

Esforço da pessoa respondente	<p>Categorias amplas ou pouco claras podem dificultar o entendimento de algumas pessoas.</p>	<p>Formulários autopreenchidos podem exigir apoio quando a pessoa tem menor familiaridade com leitura e escrita.</p>
Custo da aplicação	<p>O processamento e a análise dos dados são mais simples, reduzindo os custos.</p> <p>Listas com menos atividades diminuem o tempo de coleta, o que reduz os custos de campo.</p>	<p>O processamento e a análise dos dados são mais complexos, aumentando os custos.</p> <p>Quanto mais simplificado o diário, mais simples a análise e menor o custo.</p>

Elaboração própria com base no Manual da ONU (UN, 2024).

Diários simplificados: uma alternativa prática

Para países que estão começando a adotar as Pesquisas de Uso do Tempo, uma solução viável é o uso dos chamados **diários simplificados de uso do tempo (DSUT)**, também conhecidos como light time-use diaries. Eles registram o tempo gasto em uma lista reduzida de atividades – geralmente até 30 – com foco na **praticidade** e na **redução de custos**.

Esses instrumentos não exigem codificação posterior, o que torna o processo mais ágil e acessível. Porém, é importante lembrar que, ao optar pela simplicidade, perde-se parte da riqueza de detalhes que os diários completos proporcionam. O desafio é sempre buscar um equilíbrio: produzir dados úteis para as políticas públicas sem comprometer a qualidade da informação.

Figura 13 – DSUT como módulo em pesquisas domiciliares

Diários Simplificados de Uso do Tempo (DSUT) como Módulo em Pesquisas		
Vários países (como Camboja, Iraque, Laos, Lesoto, Madagascar) implementaram DSUT como módulos em pesquisas domiciliares socioeconômicas. Essa abordagem permitiu capturar variações sazonais nas atividades e reduzir a carga sobre as(os) respondentes, em comparação com os diários completos.	Até 2018, 16 países já haviam implementado algum DSUT. 8 países anexaram uma DSUT pré-codificada a uma pesquisa domiciliar como módulo, como Pesquisas de Múltiplos Tópicos/Orçamentos Domésticos e Despesas (Benin, Camboja, Iraque, Laos, Lesoto, Madagascar, Omã e Reino Unido).	A maioria dos DSUT não mede atividades simultâneas e variáveis de contexto, essenciais para classificar atividades. No entanto, um estudo no Reino Unido mostrou que isso pode ser feito.

Elaboração própria com base em Benes, Tinonin e Walsh (2018).

Por que isso importa?

Escolher entre uma abordagem mais simples ou mais detalhada depende dos objetivos da pesquisa, dos recursos disponíveis e da realidade das pessoas que serão entrevistadas. Em qualquer caso, compreender como diferentes grupos da população – mulheres, homens, pessoas negras, cuidadoras, jovens, pessoas idosas – distribuem seu tempo é fundamental para **tornar visível o trabalho invisibilizado**, combater as desigualdades e construir políticas mais justas.

A forma como usamos nosso tempo diz muito sobre **nossas oportunidades, nossos desafios e nossas condições de vida**. Por isso, medir o tempo é também uma maneira de medir a (in)justiça social.

Como está a Agenda de Uso do Tempo na América Latina e Caribe?

Os projetos de implementação de Pesquisas de Uso do Tempo na América Latina e Caribe tiveram início na década de 1980 e seguem até os dias atuais (Garcia; Pacheco, 2014). Nem todos os países da região possuem pesquisas completas de uso do tempo, e existem heterogeneidades e diferenças sobre as modalidades, as metodologias, a população-alvo, os objetivos da pesquisa, os fundamentos constitucionais e legais, as atividades pesquisadas, os instrumentos utilizados, os executores e as instituições parceiras, a cobertura geográfica e a seleção de indicadores (CEPAL, 2016). Atualmente, 19 países da América Latina e Caribe já realizaram ao menos uma mensuração de uso do tempo⁸.

O Quadro 5 apresenta a heterogeneidade nas medições de uso do tempo na região de acordo com o número de perguntas e o nível de desagregação das atividades. A maioria das experiências utiliza pesquisas e módulos, enquanto a modalidade de conjunto de perguntas tem sido menos frequentemente usada. Entre as 15 experiências, o Brasil se localiza como o país com o menor número de quesitos para coleta do tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado: apenas uma questão incorpora, em tese, o tempo de trabalho doméstico em atividades diretas e indiretas⁹ de cuidados.

8. Repositorio de Información sobre Uso del Tiempo de América Latina y el Caribe (CEPAL, [s.d.]). https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/folleto_repositorio_de_las_encuestas_de_uso_del_tiempo_de_la_cepal.pdf

9. O cuidado direto refere-se às dimensões interpessoais ou relacionais do cuidado, com interação direta entre a pessoa que cuida e a pessoa que recebe cuidado. O cuidado indireto refere-se a atividades que não envolvem tal interação, mas que são pré-condições importantes para o cuidado direto.

Quadro 5 – América Latina e Caribe: heterogeneidade nas medições de uso do tempo de acordo com o número de perguntas e o nível de desagregação das atividades

País	Ano	Método de coleta de dados	Trabalho remunerado		Trabalho não remunerado		Atividades pessoais	Total
			Produção de bens para autoconsumo	Emprego e atividades relacionadas	Trabalho doméstico não remunerado para o próprio domicílio	Trabalho de cuidados não remunerado dos integrantes do domicílio		
Argentina	2013	Perguntas	2	0	1	1	2	7
Brasil	2001	Perguntas	3	1	1	1	0	6
	2016	Perguntas	3	4	1	1	0	9
Chile	2015	Pesquisa independente	13	12	11	6	4	70
Colômbia	2012	Pesquisa independente	13	7	16	13	13	88
	2017	Pesquisa independente	13	9	21	14	17	105
Costa Rica	2011	Pesquisa independente	5	10	40	32	20	131
	2017	Pesquisa independente	5	9	32	34	19	129
Ecuador	2012	Pesquisa independente	2	30	42	24	5	129

El Salvador	2010	Módulo	2	2	10	16	7	10	47
	2017	Pesquisa independente	4	9	15	21	9	12	70
Guatemala	2014	Módulo	1	2	6	3	1	0	13
	2017	Módulo	1	2	6	3	1	0	13
Honduras	2009	Perguntas	1	0	1	1	0	3	6
México	2009	Pesquisa independente	3	7	27	18	3	12	70
	2014	Pesquisa independente	3	10	35	26	8	17	99
Panamá	2011	Pesquisa independente	2	11	39	20	12	29	113
Paraguai	2016	Pesquisa independente	5	6	9	29	2	6	57
Peru	2010	Pesquisa independente	5	11	55	24	16	27	138
República Dominicana	2017	Módulo	4	1	1	1	1	9	17
Uruguai	2013	Módulo	2	1	10	26	11	7	57
Média de pesquisas independentes									
			6	11	28	22	11	22	100
Média de módulos									
			2	2	7	10	4	5	29
Média de perguntas									
			2	1	1	1	1	1	7

Fonte: CEPAL (2022, p. 23).

Da medição à política pública: como a Política Nacional de Cuidados demanda e impulsiona as Pesquisas de Uso do Tempo?

O cuidado sempre esteve presente no Brasil de forma difusa entre saúde, educação e assistência, sem um marco integrador que reconhecesse direitos, distribuísse responsabilidades e orientasse investimentos. A partir de 2023, o governo federal colocou o tema no centro da agenda, ao instituir o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI-Cuidados) para elaborar a proposta da Política Nacional de Cuidados (PNaC) e do Plano Nacional de Cuidados, por meio do Decreto nº 11.460, de 30 de março de 2023.

Esse processo culminou no envio, ao Congresso, do Projeto de Lei nº 2.762/2024, em 5 de julho de 2024, estabelecendo a PNaC como política de Estado. O PL foi posteriormente aprovado e convertido na Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados e afirma o cuidado como direito, em corresponsabilidade entre Estado, famílias, sociedade e setor privado. Em seguida, a regulamentação avançou com o Decreto nº 12.562, de 23 de julho de 2025, que detalha dispositivos da lei e estabelece o Plano Nacional de Cuidados como instrumento de planejamento intersetorial para metas, ações e governança.

Essa virada institucional recolocou a **medição do tempo** no centro da política pública. Sem mensuração adequada do trabalho de cuidados (remunerado e não remunerado), a PNaC não consegue cumprir seus próprios objetivos: diagnosticar a organização social dos cuidados, definir metas, monitorar desigualdades e avaliar resultados. Por isso, a política demanda um sistema estatístico capaz de enxergar o cotidiano em detalhe, e, ao mesmo tempo, ao instituir governança e planejamento intersetorial, impulsiona o próprio avanço das estatísticas de uso do tempo no país.

A PNaC parte do reconhecimento de que as desigualdades de gênero, raça e classe se reproduzem na distribuição do tempo e nas múltiplas jornadas das mulheres ao longo do ciclo de vida. Esses padrões não são plenamente captados pelos instrumentos estatísticos de que se dispõe, como já apontado anteriormente. No momento em que foi tomada a decisão de construir a

Política e o Plano, o Brasil dependia, em grande medida, de uma pergunta estilizada única na PNAD Contínua para estimar horas semanais de afazeres e cuidados – uma abordagem que tende a subestimar a intensidade e a densidade do cuidado, sobretudo nos trechos do dia em que o cuidado é simultâneo a outras atividades ou ocorre na forma de cuidado passivo/de supervisão.

Paralelamente ao GTI-Cuidados, a Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNCF/MDS) criou um Grupo de Trabalho Técnico (GTT) específico para **Pesquisas de Cuidados e Uso do Tempo**, a fim de endereçar uma condição necessária ao desenho e à avaliação da política: dispor de estatísticas oficiais, periódicas e de qualidade sobre o tempo dedicado ao cuidado (remunerado e não remunerado). Esse GTT teve foco no **aprimoramento das pesquisas do IBGE**, tendo como primeira frente a revisão do módulo de “Outras Formas de Trabalho” da PNAD Contínua e a exploração de formatos para pesquisas independentes ou módulos de uso do tempo em outras pesquisas domiciliares. A SNCF/MDS coordenou a agenda com o IBGE, convocando reuniões, consolidando insumos e conduzindo encaminhamentos operacionais para o sistema de estatísticas brasileiro.

Como a PNaC está acelerando a Agenda de Uso do Tempo no Brasil

A existência da PNaC e do seu Plano operou como “alavanca” institucional para **destravar decisões de método, governança e financiamento** no Sistema Estatístico Nacional:

Trilha PNAD Contínua: a SNCF/MDS e o IBGE conduziram o processo de revisão do módulo de “Outras Formas de Trabalho” (incluindo escopo de cuidados e desagregações), pactuando etapas como teste cognitivo, revisão de manuais e programação de campo. O módulo reformulado já foi a campo e será aplicado ao longo de todo o ano de 2025. A previsão é dispor de novos indicadores sobre o trabalho de cuidados a partir de 2026.

Trilha Pesquisa de Orçamentos Familiares: em paralelo, o GTT discutiu desenho e testagem de um módulo de uso do tempo acoplado à POF. O IBGE incluiu, de forma experimental, o módulo na POF 2024–2025 – uma das pesquisas domiciliares mais abrangentes do país, que cobre cerca de 100 mil domicílios em mais de 2 mil municípios. O teste do módulo ocorreu em quatro estados (São Paulo, Pará, Ceará e Paraná), abrangendo 3.720 domicílios, como etapa para avaliar a viabilidade da coleta de informações de uso do tempo nesse formato de pesquisa domiciliar.

Arranjos institucionais e financiamento: o GTT operou como instância de pactuação institucional e orçamentária. A SNCF/MDS assumiu a interlocução e a responsabilidade pelo financiamento junto ao IBGE para viabilizar as duas trilhas (PNAD Contínua e POF). No âmbito do GTT, foram definidos escopo financeiro, marcos e cronogramas (teste cognitivo, programação, treinamento e campo) e contrapartidas técnicas (manuais, nota metodológica e disponibilização de microdados).

A pesquisa ideal para o caso brasileiro

A organização social dos cuidados é a forma como a sociedade distribui a responsabilidade de cuidar entre Estado, mercado, comunidade e famílias, e como as pessoas se beneficiam dessa oferta. No Brasil, o GTI-Cuidados¹⁰, apoiado por pesquisas e pelo movimento feminista, identificou que essa organização é desigual, injusta e insustentável. Ela se baseia em relações marcadas por sexismo, racismo e desigualdades de classe, que moldam e reforçam a divisão sexual, racial e social do trabalho. Além disso, outras desigualdades, como de território, idade e deficiência, também se somam, reproduzindo estereótipos ligados ao idadismo e ao capacitismo.

Considerando a atual organização social dos cuidados, em seus aspectos conhecidos e ainda por explorar, é possível listar um conjunto de critérios que poderiam ser incorporados a uma pesquisa “ideal” de uso do tempo no Brasil.

- **Incluir** tanto o trabalho remunerado quanto o não remunerado, realizado de forma direta (com interação face a face) ou indireta (sem interação direta).
- **Captar** a recorrência das atividades de cuidado, abrangendo desde o cuidado com crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência, até as tarefas domésticas e de manutenção do lar.
- **Considerar** todos os membros do domicílio para análises da distribuição intradomiciliar das responsabilidades de cuidado.
- **Abranger** diferentes períodos do ano e todos os dias da semana.

10. O GTI-Cuidados, como ficou conhecido no espaço do governo federal, iniciou suas atividades em maio de 2023, sendo coordenado conjuntamente pela Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família do MDS e pela Secretaria de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres (MMulheres). O GTI foi instituído para elaborar a Política Nacional de Cuidados e o Plano Nacional de Cuidados. Desse trabalho, resultou a Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados (PNaC).

- **Investigar** como famílias, Estado, mercado, empresas e comunidade se inter-relacionam para produzir cuidado e como os domicílios e seus membros se beneficiam dessas relações.
- **Identificar** o recebimento e a participação dos indivíduos em programas de transferência de renda e outros benefícios sociais.
- **Analisar** o acesso às políticas públicas de cuidado existentes.
- **Considerar** o cuidado em suas três dimensões: cuidar, ser cuidado e autocuidado.
- **Incorporar** as perspectivas de gênero, interseccionalidade e interculturalidade no desenho da disagregação dos dados.
- **Garantir** que a distribuição da amostra seja representativa de diferentes subpopulações, em especial das populações vulneráveis.
- **Utilizar** classificações harmonizadas internacionalmente para permitir comparações entre países.
- **Coletar** e **registrar** a realização de atividades simultâneas.

Considerações sobre a classificação das atividades

A Classificação de Atividades de Uso do Tempo para América Latina e Caribe (CAUTAL) constitui um instrumento para o fortalecimento das Pesquisas de Uso do Tempo da América Latina e Caribe, cuja relevância reside na ampla capacidade de análise em diferentes áreas de estudo, destacando-se o enfoque de gênero, o vínculo entre pobreza, renda e tempo, as demandas nacionais e internacionais por dados sobre uso do tempo e trabalho não remunerado, além dos novos requisitos de estatísticas laborais derivados da resolução sobre estatísticas do trabalho, ocupação e subutilização da força de trabalho, aprovada pela Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET) da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2013)¹¹.

Para o desenvolvimento de uma PNUT no Brasil, seria possível recorrer ao **conjunto mínimo de atividades da CAUTAL**¹². Trata-se de um recorte que prioriza atividades básicas (trabalho remunerado, trabalho de cuidados não remunerado, autocuidado e deslocamentos fundamentais). Essa estratégia de seleção visa tornar a pesquisa mais **objetiva, comparável e viável** do ponto de vista operacional, ainda que se reconheça a possível perda de detalhes sobre certas dimensões da vida cotidiana.

11. Em nível global, um antecedente importante para esse classificador é o processo de elaboração e atualização da Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas sobre o Uso do Tempo (ICATUS) pelas Nações Unidas, visando à harmonização das medições. Porém, a ICATUS foi idealizada, principalmente, como uma lista de atividades para pesquisas que utilizam diários de atividades, uma metodologia que não se difundiu amplamente na América Latina devido a aspectos como percepção do tempo em diferentes regiões, níveis de alfabetismo e custos de coleta de dados (CEPAL, 2016).

12. Ver CEPAL (2021) <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48019-guia-metodologica-mediciones-uso-tiempo-america-latina-caribe>

Quadro 6 – Conjunto mínimo de atividades da CAUTAL

Número	Atividade
1	Trabalho na ocupação e atividades relacionadas
2	Produção de bens para o próprio consumo
3	Trabalho para a comunidade e voluntário
4	Preparar e/ou servir alimentos para membros do domicílio
5	Limpeza do domicílio
6	Manutenção e pequenos reparos para o próprio domicílio
7	Limpeza e cuidado de roupas e calçados de membros do domicílio
8	Administração do domicílio
9	Cuidado de animais de estimação e plantas
10	Compras para o domicílio
11	Trabalho doméstico não remunerado para familiares que não são membros do domicílio
12	Cuidado e apoio a crianças membros do domicílio
13	Cuidado temporário de saúde de crianças membros do domicílio
14	Apoio escolar ou de aprendizagem a crianças membros do domicílio
15	Cuidado e apoio a pessoas adultas do domicílio
16	Cuidado de saúde de pessoas adultas do domicílio
17	Apoio a pessoas adultas do domicílio com questões legais, administrativas e financeiras
18	Trabalho de cuidado não remunerado para familiares que não são membros do domicílio
19	Aprendizagem e estudo
20	Convívio com família, amigos ou outras pessoas
21	Participação em celebrações comunitárias, cívicas ou religiosas
22	Participação em eventos culturais, de entretenimento e esportivos
23	Arte e <i>hobbies</i>
24	Esporte e exercício físico
25	Ler por lazer
26	Assistir à televisão ou a vídeos ou ouvir transmissões de rádio ou outros meios de áudio

27	Dormir
28	Comer e beber
29	Cuidado pessoal
30	Deslocamentos vinculados ao trabalho ou às atividades educativas
31	Outras atividades

Fonte: CEPAL (2021).

Considerações sobre as atividades simultâneas

Nos estudos sobre o uso do tempo, um dos grandes desafios é captar a simultaneidade de atividades, pois as pessoas costumam realizar mais de uma tarefa ao mesmo tempo (Harvey; Royal, 2000). Esse dilema de definição se intensifica quando falamos de cuidados, já que não há, até o momento, um consenso internacional sobre as melhores formas de mensurá-los. Embora existam classificações internacionais de atividades para Pesquisas de Uso do Tempo, a padronização e a comparabilidade continuam em desenvolvimento, o que ficou evidente no anúncio do tema “trabalho decente e economia do cuidado”, discutido na 112^a Conferência Internacional do Trabalho, em 2024.

No cerne desse debate, encontramos a distinção entre atividades “primárias” e “secundárias”. As primeiras são aquelas identificadas quando perguntamos diretamente: “O que você estava fazendo neste período?”. Já as atividades secundárias aparecem quando indagamos: “Você estava fazendo mais alguma coisa ao mesmo tempo?”. O cuidado infantil, por exemplo, muitas vezes surge como atividade secundária, quando não estava acontecendo uma interação direta com a pessoa cuidada.

A literatura mostra que as medidas baseadas somente em atividades primárias tendem a subestimar o tempo dedicado ao cuidado de crianças. Ironmonger (2004) indica que mais de 75% do tempo total de cuidado pode não ser captado quando apenas se observa a atividade principal. Muitos cuidados acontecem ao mesmo tempo em que a pessoa faz outras tarefas, e esse tipo de cuidado geralmente não aparece nas pesquisas que medem apenas o “cuidado ativo”. Mesmo assim, quando olhamos apenas para o cuidado direto

e exclusivo — como alimentar, ninar ou acalmar a criança — conseguimos captar as interações que realmente dependem da presença da pessoa cuidadora e que não podem ser substituídas por outras atividades, especialmente nos primeiros meses de vida (Smith; Craig, 2009). É comum que pesquisas nacionais falhem em registrar, por exemplo, o tempo de amamentação ou de segurar bebês no colo.

Outro aspecto importante é a influência do perfil socioeconômico das famílias. Aquelas de níveis de escolaridade e renda mais altos tendem a investir mais tempo em cuidados primários, pois conseguem terceirizar parte das tarefas de cuidado indireto (como limpeza ou alimentação). Já as famílias de renda e escolaridade menores frequentemente precisam dedicar mais horas às atividades de apoio indireto (Folbre; Yoon, 2007).

Para reduzir o efeito da simultaneidade nas pesquisas, uma opção é começar pelas perguntas sobre cuidados diretos ativos e, em seguida, introduzir variáveis contextuais que permitam identificar se outras atividades estavam sendo realizadas ao mesmo tempo. Em pesquisas mais complexas, também se coleta informação sobre “com quem” a atividade foi desempenhada e qual outra tarefa ocorria simultaneamente, viabilizando análises mais detalhadas e a construção de indicadores de densidade ou intensidade de supervisão (Folbre; Yoon, 2007; Jesus, 2018).

Em suma, embora ainda não exista um consenso ou um padrão estatístico universal para mensuração do trabalho de cuidado, algumas estratégias podem ser adotadas para aprimorar a coleta de dados: distinguir entre cuidados diretos e indiretos, incluir perguntas específicas sobre simultaneidade de atividades e, sempre que possível, incorporar variáveis contextuais que capturem com quem se estava realizando a atividade e se havia outra tarefa em paralelo.

Considerando que a pesquisa ideal tenha como objetivo apoiar a Política Nacional de Cuidados, é fundamental incluir o registro de **pelo menos uma atividade secundária realizada simultaneamente¹³**. A seguir, são apresentadas as definições de cuidado ativo e cuidado passivo (UN, 2020). É comum

13. Ver UN (2022). <https://unstats.un.org/unsd/statcom/53rd-session/documents/BG-3h-TimeUseStats-rev2-E.pdf>.

que uma parcela do cuidado passivo seja realizada na condição de **atividade secundária**. Ocorre, com frequência, que uma pessoa respondente esteja envolvida em uma atividade secundária por um longo período de tempo, mas não a declare de maneira consistente.

Quadro 7 – Definição de atividades de cuidado ativo e passivo

Cuidado ativo	Cuidado passivo
<p>Ocorre quando a pessoa presta assistência de forma direta e interage com quem está sendo cuidado, monitorado ou supervisionado.</p> <p>Assim, atividades como ouvir alguém, ajudar crianças a se vestirem ou administrar medicação a um membro da família são consideradas formas de cuidado ativo.</p>	<p>Ato de monitorar ou supervisionar as atividades de outra pessoa. A característica distintiva do cuidado passivo é que a pessoa responsável pela supervisão não está interagindo diretamente com quem está sendo monitorado.</p> <p>Assim, atividades como supervisionar crianças se vestindo ou supervisionar familiares tomando medicação são consideradas cuidados passivos. Esse tipo de cuidado geralmente é realizado enquanto outra atividade está sendo feita, mas também pode ser executado como uma atividade principal.</p>

Fonte: UN (2020).

Em 2021, o Grupo de Especialistas da ONU criou um subcomitê com o objetivo de desenvolver **diretrizes para captar** de forma mais abrangente a **contribuição do cuidado não remunerado para a economia**. Esse subcomitê sugere que existem áreas de políticas públicas que dependem de medições do cuidado de supervisão de crianças e adultos, incluindo: a valorização do cuidado de supervisão nas contas ampliadas, a análise do empoderamento econômico das mulheres, o desenvolvimento de políticas relacionadas ao cuidado e a avaliação do equilíbrio entre trabalho e vida. O subcomitê apresentou a seguinte definição para “cuidado de supervisão”:

Cuidado de supervisão não remunerado refere-se ao tempo em que uma pessoa está “disponível e em proximidade” para fornecer cuidado ativo a uma criança ou adulto dependente, caso seja necessário. O cuidado de supervisão pode ocorrer em qualquer local onde crianças ou beneficiárias(os) de cuidado também estejam presentes e próximos à pessoa prestadora de cuidado. Ou seja, a pessoa respondente está próxima o suficiente da(o) beneficiária(o) de cuidado para fornecer assistência imediata, se necessário. Não é necessário que a pessoa prestadora de cuidado e a(o) beneficiária(o) estejam no mesmo cômodo, nem que a pessoa prestadora esteja ciente do que a(o) beneficiária esteja fazendo (UN, 2024, p. 63, tradução nossa).

A seguir, são apresentadas as recomendações do comitê quanto à coleta de informações sobre cuidado passivo/supervisionado:

Estabelecer um limite máximo de idade (da criança) para a obrigação de pessoas adultas em fornecerem cuidado de supervisão, com base nas leis e normas do país.

Testar cognitivamente as perguntas para garantir que elas transmitam o conceito corretamente aos respondentes. Isso é importante, pois a formulação adequada das perguntas pode variar entre culturas.

Coletar o tempo gasto em cuidado passivo utilizando perguntas resumidas.

Exemplo de pesquisa que capta cuidado passivo de crianças

A Pesquisa de Uso do Tempo dos Estados Unidos (ATUS) foca o cuidado passivo de crianças de até 13 anos.

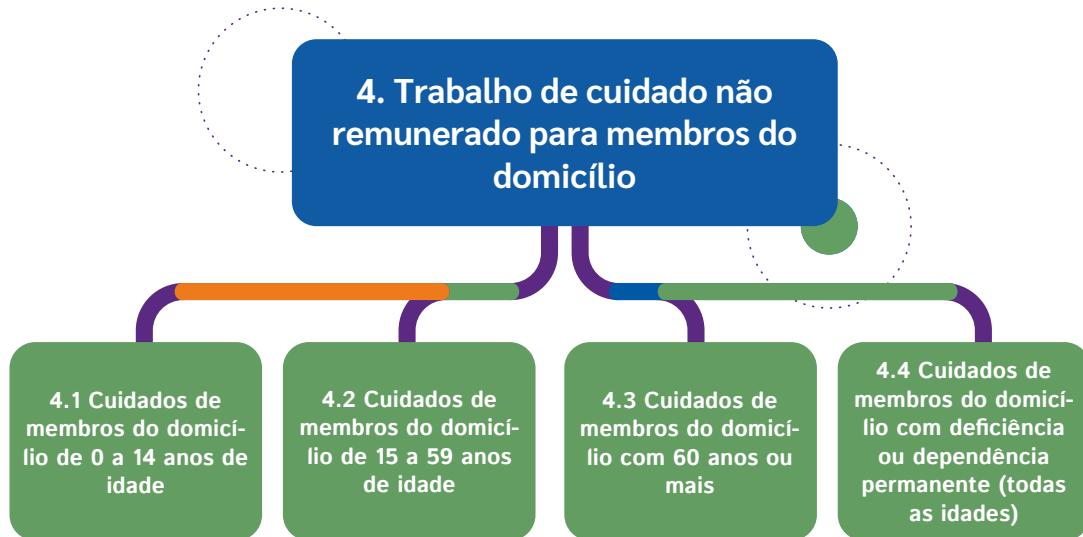
As estimativas de cuidado secundário são obtidas somando a duração das atividades durante as quais os respondentes tinham pelo menos uma criança menor de 13 anos sob seus cuidados enquanto realizavam outras tarefas.

O tempo que os indivíduos dedicam ao cuidado infantil passivo de crianças do domicílio é ainda restrito ao período entre o momento em que a primeira criança do domicílio com menos de 13 anos acorda e o momento em que a última criança menor de 13 anos vai para a cama. Também é restrito ao tempo em que o respondente estava acordado. Caso os respondentes relatem oferecer cuidado ativo e passivo ao mesmo tempo, o tempo é atribuído apenas ao cuidado ativo.

Fonte: United States (2021).

A CAUTAL detalha o **trabalho de cuidado não remunerado a membros do domicílio** segmentando-o por faixas etárias e condições específicas de quem recebe os cuidados. A divisão reflete a diversidade de demandas associadas a diferentes estágios da vida e necessidades das pessoas.

Figura 14 – Trabalho de cuidado não remunerado a membros do domicílio: segmentação por faixa etária e condição segundo a CAUTAL



Elaboração própria com base na CEPAL (2016).

Cuidados a membros do domicílio de 0 a 14 anos de idade

Entre os **cuidados ativos**, a classificação inclui ações como alimentá-las (amanhantar, dar mamadeira ou servir a comida), higienizá-las (banhá-las, levá-las ao banheiro ou trocar fraldas, aplicar loções, pentear, cortar unhas e cabelo, vestir etc.), prepará-las para ir à escola ou a outros lugares, carregá-las e colocá-las para dormir (prepará-las para dormir, cantar, ler histórias etc.), brincar e conversar com elas. Do ponto de vista do cuidado passivo, a classificação também inclui a **supervisão de crianças**, ou seja, estar atento, próximo e disponível para atender às suas necessidades, caso necessário.

Cuidados a membros do domicílio de 15 a 59 anos de idade

Inclui-se, nessa categoria, os cuidados relacionados à saúde, aos deslocamentos e ao acompanhamento. Também para esse grupo, são incluídas atividades como **supervisionar tarefas escolares ou o uso de tecnologia**; visitas ao médico por motivos de prevenção, doença ou acidente; aplicação de terapias, administração de medicamentos, preparação de curativos, alimentação e higienização, quando necessário, devido a condições temporárias de saúde. Aqui também são consideradas atividades como levar, acompanhar e buscar

esses membros do domicílio em consultas médicas, atividades escolares esportivas, sociais, culturais ou de entretenimento.

Cuidados a membros do domicílio de 60 anos de idade e mais

Os cuidados para pessoas idosas incluem os cuidados relacionados à saúde, aos deslocamentos e ao acompanhamento. Compreende atividades de apoio, aprendizado ou orientação para o uso de dispositivos ou meios eletrônicos; cuidados adicionais necessários devido a doenças, como administração de medicamentos, realização de curativos, alimentação e higienização relacionados a condições de saúde temporárias. Inclui também o acompanhamento e o transporte para atividades como levar e buscar em consultas médicas ou hospitalares, acesso a serviços, realização de trâmites pessoais, participação em atividades sociais, culturais, esportivas ou de entretenimento, ou para outros destinos.

Cuidados a membros do domicílio com deficiência ou dependência permanente (todas as idades)

Os cuidados destinados a membros do domicílio com deficiência ou dependência permanente (de todas as idades) incluem atividades que abrangem tanto assistência física quanto suporte emocional e **supervisão**. Entre essas atividades, estão: alimentar, dar banho e ajudar a se vestir, além de brincar, conversar e ler para a pessoa dependente. Considera, ainda, a atividade de estar atenta(o) às suas necessidades, permanecendo por perto e disponível para oferecer ajuda imediata, o que engloba o cuidado passivo/de supervisão.

Quadro 8 – Resumo dos cuidados passivos na CAUTAL 2016

Cuidados a membros do domicílio de 0 a 14 anos de idade (4.1)	Há ênfase nos cuidados passivos
Cuidados a membros do domicílio de 15 a 59 anos de idade (4.2)	Não há ênfase nos cuidados passivos
Cuidados a membros do domicílio de 60 anos de idade e mais (4.3)	Não há ênfase nos cuidados passivos
Cuidados a membros do domicílio com deficiência ou dependência permanente (todas as idades) (4.4)	Há ênfase nos cuidados passivos

Elaboração própria com base na CEPAL (2016).

Conclusão

A trajetória aqui reconstruída confirma um ponto central: enquanto a organização social dos cuidados permanecer ancorada em uma divisão sexual, racial e de classe do trabalho, a desigualdade de tempo persistirá como mecanismo primário de reprodução das desvantagens entre mulheres e homens no Brasil. As evidências apresentadas – diferença nas horas dedicadas a cuidados, a dupla jornada das mulheres ao longo do ciclo de vida e a posição particularmente vulnerável das mulheres negras – indicam um quadro estrutural que demanda políticas públicas.

Em termos de sentido público, a mensuração do uso do tempo transcende o mero exercício descritivo, configurando-se como instrumento essencial para a viabilização de escolhas direcionadas ao enfrentamento das profundas desigualdades nacionais. A mensuração do uso do tempo permite orientar a expansão de educação infantil e tempo integral, redes de longa duração e atenção domiciliar às pessoas que necessitam de cuidados para suas atividades da vida diária. Adicionalmente, pode subsidiar transformações em mobilidade urbana e na organização territorial dos serviços, impactando positivamente a vida das mulheres, principalmente aquelas residentes em territórios periféricos. O avanço institucional proporcionado pela Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024) estabelece uma janela de oportunidade para a orientação de programas e medidas que redistribuam a carga de trabalho de cuidados que atualmente penaliza as mulheres.

Este documento buscou responder à questão: por que o Brasil necessita consolidar uma Agenda de Uso do Tempo? A resposta, fundamentada em evidências e limites dos instrumentos vigentes, converge para a tese de que o país carece de uma Pesquisa Nacional de Uso do Tempo (PNUT) e de medições estáveis. A mensuração do tempo — notadamente do trabalho de cuidados não remunerado — constitui um insumo para o planejamento, o ajuste e a avaliação de políticas públicas.

A análise demonstrou avanços institucionais e metodológicos, como as reformas na PNAD Contínua e a inclusão de módulo experimental sobre uso do tempo na POF. Contudo, persiste a ausência de uma Pesquisa Nacional de Uso

do Tempo periódica. As fontes atuais, embora cruciais, apresentam lacunas: a PNAD Contínua não capta a simultaneidade e a fragmentação do cuidado, nem a integralidade das rotinas diárias das pessoas que recebem cuidados. O resultado é a subcaptação de cuidados e uma representação parcial do cotidiano que sustenta a reprodução social. Tais limitações validam a necessidade de instrumentos específicos e complementares, capazes de conferir visibilidade ao que hoje permanece invisível.

O valor agregado das pesquisas de uso do tempo reside em sua capacidade de integrar evidências setoriais. Ao articular tempo de deslocamento, estudo, saúde, trabalho remunerado e trabalho de cuidados não remunerado, a Agenda de Uso do Tempo possibilita a conexão de diagnósticos e políticas em campos distintos (saúde, educação, assistência, mobilidade, trabalho) sob o eixo unificador da distribuição social do tempo. Tal articulação permite estimar o trabalho não remunerado, mensurar desigualdades de tempo (pobreza de tempo, carga total de trabalho, lacunas de cuidado) e derivar indicadores de bem-estar.

No plano metodológico, reitera-se a necessidade de instrumentos que registrem simultaneidades, episódios múltiplos e contextos da atividade, especialmente no Brasil, dada a profunda desigualdade e interseccionalidade na organização social dos cuidados. Este é o caminho para aprimorar a mensuração dos cuidados, atualmente subcaptados, e prover o Estado com indicadores para a intervenção.

O avanço da institucionalidade no Brasil recente, com a aprovação e regulamentação da Política Nacional de Cuidados, reposicionou a mensuração do tempo no centro da política pública. Este arcabouço legal impulsiona a Agenda de Uso do Tempo e cria as condições necessárias para a estabilização da periodicidade, qualidade e abertura dos dados.

Os próximos passos são objetivos e alinhados ao que foi estabelecido. Primeiro, consolidar o arranjo em duas trilhas — manter a trilha PNAD Contínua (reformulação aplicada) e a trilha POF com módulo experimental de uso do tempo — garantindo o desenho amostral, a coleta de campo e a documentação para uso público. Em segundo lugar, avançar na geração de indicadores-síntese (pobreza de tempo, carga total de trabalho, lacunas de cuidados) e em exercícios de valoração que evidenciem o peso do cuidado

na economia. Por fim, avançar em direção à PNUT, assegurando a série histórica, a harmonização classificatória e a capacidade analítica para recortes interseccionais e territoriais.

Em síntese, a Agenda de Uso do Tempo não se configura como um anexo técnico, mas como infraestrutura de política pública. Ao consolidar as trilhas atuais, produzir indicadores-síntese e implementar uma PNUT, o Brasil realiza um movimento decisivo para reconhecer o trabalho de cuidados não remunerado. É na intersecção entre mensuração qualificada e ação pública que a política de cuidados poderá atingir seu propósito: **garantir o direito ao cuidado** com visão **integral e integrada** entre quem cuida e quem é cuidado.

Referências

AGUIAR, N. Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil. **Revista Econômica**, v. 12, n. 1, p. 64–82, 2010.

BARAJAS, M. de la P. L. Avanços na América Latina na medição e valorização do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. p. 21–42.

BENES, E.; TINONIN, C.; WALSH, K. Exploring light time-use approaches for measuring unpaid care work. Geneva: ILO, 2018. (Brief).

BRASIL. Ministério das Mulheres. UNIFEM e IBGE fazem seminário internacional sobre o uso do tempo. Portal Ministério das Mulheres, 29 maio 2007. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2007/05/not_seminario_unifem. Acesso em: 2 set. 2025.

CAVALCANTI, L. G. de A.; PAULO, M. A.; HANY, F. E. S. A pesquisa piloto de uso do tempo do IBGE 2009/2010. In: FAZENDO GÊNERO 9 – DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 23–26 ago. 2010, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: https://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278295122_ARQUIVO_artigoIBGE-APesquisaPilotodeUsodoTempodoIBGE2009-2010.pdf. Acesso em: 4 set. 2025.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Clasificación de Actividades de Uso del Tiempo para América Latina y el Caribe (CAUTAL). Santiago: CEPAL, 2016.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. La sociedad del cuidado: horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género. LC/CRM.15/3. Santiago: CEPAL, 2022.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE.
Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe (OIG). Santiago: CEPAL, 2025. Disponible em: <https://oig.cepal.org/es>.
Acesso em: 4 set. 2025.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE.
Repositorio de Información sobre Uso del Tiempo de América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, [s.d.]. Disponible em: https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/folleto_repositorio_de_las_encuestas_de_uso_del_tiempo_de_la_cepal.pdf. Acesso em: 3 set. 2025.

DOUCET, A. *Time use studies, time, temporality, and measuring care: conceptual, methodological, and epistemological issues.* Time & Society, v. 32, n. 4, p. 361–366, Nov. 2023. Disponible em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0961463X231208981>. Acesso em: 29 ago. 2025.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE.
Grupo de Trabajo para la elaboración de una guía metodológica sobre mediciones de uso del tiempo en América Latina y el Caribe de la Conferencia Estadística de las Américas. Guía metodológica sobre las mediciones de uso del tiempo en América Latina y el Caribe (LC/CEA.11/17). Santiago, CEPAL, 2022. Disponible em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48019-guia-metodologica-mediciones-uso-tiempo-america-latina-caribe>.

Acesso em: 3 set 2025.

EUROSTAT. Harmonised European Time Use Surveys (HETUS): 2018 guidelines [recurso eletrônico]. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2019. Disponible em: <https://doi.org/10.2785/926903>. Acesso em: 3 set. 2025.

FONTOURA, N. et al. *Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal.* Revista Econômica, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 11–46, jun. 2010.

FLEMING, R.; SELLERBERG, A. *Using time use data: a history of time use surveys and uses of time use data.* Wellington: Statistics New Zealand, 1999.

FOLBRE, N.; YOON, J. What is child care? Lessons from time use surveys of major English-speaking countries. Review of Economics of the Household, v. 5, n. 3, p. 223–248, 2007.

GARCIA, B.; PACHECO, E. Uso del tiempo y trabajo no remunerado en México. Cidade do México: El Colegio de México, 2014.

HARVEY, A.; ROYAL, M. Use of context in time-use research. *In: EXPERT GROUP MEETING ON METHODS FOR CONDUCTING TIME-USE SURVEYS, 23–27 Oct. 2000, New York. Annals [...].* New York: United Nations Secretariat, 2000. (ESA/STAT/AC.79/16).

HARVEY, A.; TAYLOR, M. E. Time use. *In: GROSH, M.; GLEWWE, P. (Eds.). Designing household survey questionnaires for developing countries: lessons from fifteen years of LSMS experience.* Washington: World Bank, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Departamento de Estatísticas de População e Sociais. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: questionário de educação – 1982. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD – Suplemento sobre a Situação do Menor – 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001: Manual de Entrevista. Rio de Janeiro: IBGE, 2001a.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Pesquisa sobre a utilização do tempo dos moradores dos bairros do Andaraí, Grajaú e Vila Isabel. Rio de Janeiro: IBGE, 2001b. (Relatório de Pesquisa, n. 7).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil).
Resultados preliminares do teste piloto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/teste piloto da Pesquisa de Uso do Tempo, 2009.
Rio de Janeiro: IBGE, 2009a.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil).
Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa de uso do tempo: manual de entrevista. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc1863.pdf. Acesso em: 2 set. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil).
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2012: Manual de Entrevista (Corpo Básico). Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil).
Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: notas técnicas.** Versão 1.7. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101708_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 4 set. 2025

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil).
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: Microdados 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil).
Pesquisa de Orçamentos Familiares: com o que gasta a família brasileira? IBGEeduca, Matérias Especiais, 22 out. 2024. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/22457-pesquisa-de-orcametos-familiares-com-o-que-gasta-a-familia-brasileira.html>. Acesso em: 3 set. 2025.

ILAHI, N. The intra-household allocation of time and tasks: what have we learned from the empirical literature. Washington: The World Bank, 2000. (Policy Research Report on Gender and Development Working Paper Series, n. 13).

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Resolution concerning statistics of work, employment and labour underutilization (Resolution I). In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS (ICLS), 19., Geneva, 2–11 Oct. 2013. **Annals** [...]. Geneva: ILO, 2013. Disponível em: <https://www.ilo.org/media/445226/download>. Acesso em: 3 set. 2025.

IRONMONGER, D. **Bringing up Betty and Bobby: the inputs and outputs of childcare time.** In: FOLBRE, N.; BITTMAN, M. (Eds.). **Family time: the social organization of care.** New York: Routledge, 2004. p. 93–109.

JESUS, J. C. de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência.** 2018. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

JESUS, J. C. de; TURRA, C. M.; WAJNMAN, S. An Empirical Method for Adjusting Time Use Data in Brazil. *Dados*, v. 66, n. 4, 2023.

MORAES, L. et al. **Trabalho e uso do tempo: a construção de metodologias para compreender a rotina de mulheres rurais.** In: MELO, H. P. de; MORAES, L. L. de (Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas.** Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 169–204.

NIETO, M. P. **Importancia del trabajo no remunerado: su medición y valoración mediante las encuestas de uso del tiempo.** In: GARCÍA, B.; PACHECO, E. (Orgs.). **Uso del tiempo y trabajo no remunerado en México.** Cidade do México: Colegio de México, 2014. p. 53–114.

SMITH, J. P.; CRAIG, L. **The time use of new mothers – what does it tell us about time use methodologies.** *Australian Centre for Economic Research on Health – Research Report*, n. 4, Apr. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268412301_The_time_use_of_new_mothers_-_what_does_it.tell_us_about_time_use_methodologies. Acesso em: 29 ago. 2025.

UN – UNITED NATIONS. Statistical Commission. **Items for discussion and decision: gender statistics. Concepts and Definitions (Draft as of 14 February 2020)**. Background document for the fifty-first session, 3–6 mar. 2020. New York: United Nations Statistics Division, 2020. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/statcom/51st-session/documents/BG-Item3m-Concepts_and_definitions-E.pdf. Acesso em: 4 set. 2025.

UN – UNITED NATIONS. Statistical Commission. **Minimum Harmonized Instrument for the Production of Time-Use Statistics (Draft as of 25 January 2022)**. Fifty-third session, item 3(h), 1–4 March 2022. [S./]: United Nations, 2022. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/statcom/53rd-session/documents/BG-3h-TimeUseStats-rev2-E.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.

UN – UNITED NATIONS. Statistics Division. **Guide to Producing Statistics on Time Use**. New York: UN, 2024. (Series F, n. 127).

UNITED STATES. Bureau of Labor Statistics. **American Time Use Survey User's Guide: understanding ATUS 2003 to 2020**. Washington: Bureau of Labor Statistics, 2021. Disponível em: <https://www.bls.gov/opub/hom/atus/pdf/atus.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.

WINKLER, A. E. **Measuring time use in households with more than one person**. *Monthly Labor Review*, v. 125, n. 2, p. 45–52, 2002.

5. Apêndice

Quadro A – Levantamentos de uso do tempo na América Latina (2010–2017)

Países	Ano	Tipo de levantamento
Argentina	2013	<i>Módulo Encuesta sobre Trabajo No Remunerado y Uso del Tiempo de la Encuesta Anual de Hogares Urbanos (EAHU)</i>
Chile	2015	<i>Encuesta Nacional Sobre Uso del Tiempo (ENUT)</i>
Colômbia	2012-2013 2017	<i>Encuesta Nacional de Uso del Tiempo</i>
Costa Rica	2017	<i>Encuesta sobre Uso del Tiempo Gran Área Metropolitana (EUT-GAM)</i>
Ecuador	2012	<i>Encuesta Nacional de Uso del Tiempo</i>
El Salvador	2017	<i>Encuesta Nacional de Uso del Tiempo</i>
Guatemala	2017	<i>Módulo Encuesta Nacional de Empleo e Ingresos (ENEI)</i>
Honduras	2011	<i>Módulo sobre uso del tiempo en la Encuesta Permanente de Hogares</i>
México	2014	<i>Encuesta Nacional sobre Uso del Tiempo (ENUT)</i>
Panamá	2011	<i>Encuesta Nacional de Uso del Tiempo</i>
Paraguai	2016	<i>Encuesta Sobre Uso del Tiempo (EUT)</i>
Peru	2010	<i>Encuesta Nacional de Uso del Tiempo</i>
Uruguai	2013	<i>Módulo de uso del tiempo en la Encuesta Continua de Hogares</i>

Elaboração própria com base em *Gender Equality Observatory of Latin America and the Caribbean (2010–2016)*.



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

